



Aceleração *Regional*

Perfil Socioeconômico do Município de Rio dos Índios/RS

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local



Sarandi/RS

Janeiro de 2021

O48t Oliveira, Gabriel Nunes de *et al.*

Perfil Socioeconômico do Município de Rio dos Índios-RS / Gabriel Nunes de Oliveira, Nilson Luiz Costa, Enio Giotto, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Saionara da Silva. - Sarandi/RS, 2021.
42 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2021.

1. Capitalismo Consciente. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I. Nunes de Oliveira, Gabriel. II. Costa, Nilson Luiz. III. Giotto, Enio. IV. Camfield, Claudio Eduardo Ramos. V. Saionara da Silva.

CDU 338.1

Todos os direitos reservados por Sicredi Região da Produção RS/SC/MG.
Av. Sete de Setembro, n.1130 – 2º andar – Centro
CEP.: 99560-000 / Sarandi - RS



Sicredi Região da Produção RS/SC/MG

Conselho de Administração

Saul João Rovadoscki (Presidente)
André Luis Soares Balbi
Daniel Ribeiro dos Santos
Darlei Knob
Evandro Pedro Bernardi
Ivandro Adilio Machado Bertotti
Jose Carlos Benini
Leonardo Portolan
Maieri Stivanin
Roberto Tadeu Oliboni
Solani Cristina Gobbi Menegazzo

Conselho Fiscal

Alessandra Bazzi
Luciano Adalberto Henkes
Luciano Escobar
Ayrte Antoninho Blau
Débora Ribeiro Fernandes
Marcelo Giroto

Diretoria Executiva

Marcos Roberto Dorigon (Diretor Executivo)
Catiane Longhi Menin (Diretor de Operações)

Gerências da Superintendência Regional

Leandro Carlot (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Luana Schiefelbein Elicker (Gerente de Relacionamento)
Ricardo Enderle (Gerente de Ciclo de Crédito)
Ana Elisa Perusso (Gerente de Gestão de Pessoas)
Mauara Debona Pissatto (Gerente de Operações Administrativas)
Amauri Correa (Gerente de Desenvolvimento de Negócios)
Adiones Galiazzi (Gerente de Desenvolvimento de Negócios)



Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Reitoria

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência - FATEC

Jeferson de Souza Flores (Diretor-Presidente)
Alencar Machado (Diretor Financeiro)
Renato Zanella (Diretor Administrativo)

UFSM Campus Palmeira das Missões

Luiz Anildo Anacleto da Silva (Diretor)
Daniel Angelo Sganzerla Graichen (Vice-Diretor)

Departamento de Ciências Econômicas

Elaine Ferreira (Chefe)

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PPGAGR) – Mestrado Acadêmico

João Pedro Velho (Coordenador)

Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Carlos Gilbert Conte Filho (Coordenador)

Curso de Graduação em Administração

Claudio Eduardo Ramos Camfield (Coordenador)

Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio (NPEA-UFSM)

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.32.0003 Convênio 090/2020, UFSM/FATEC.

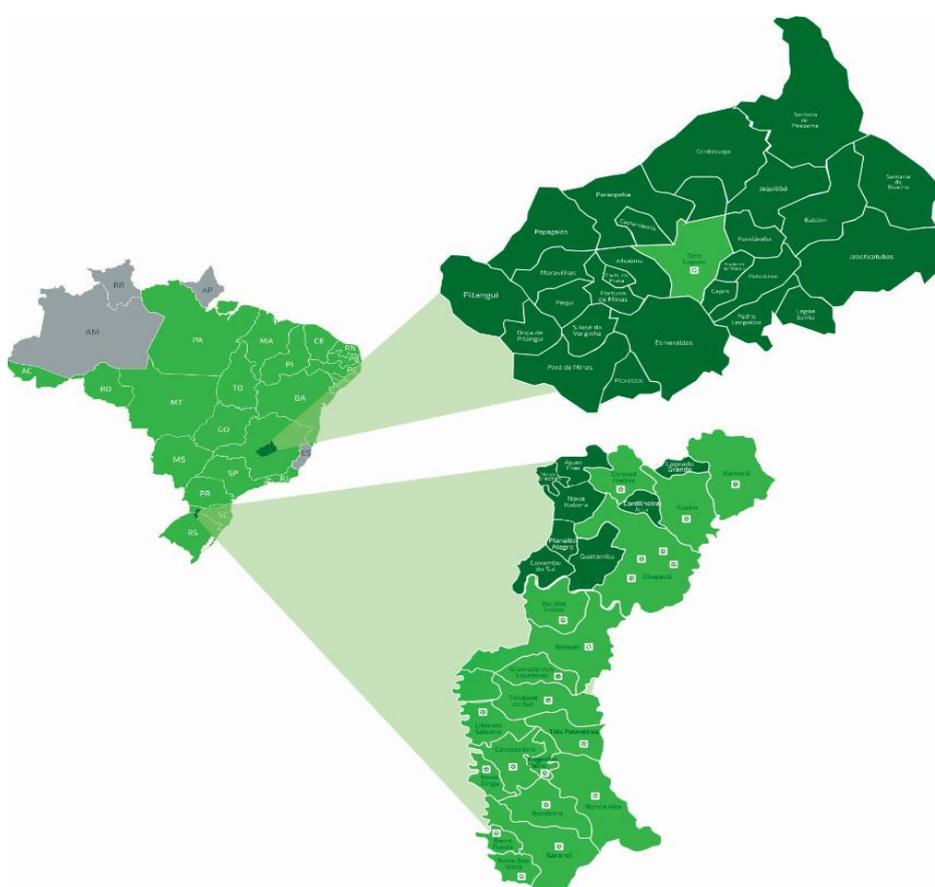
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE RIO DOS ÍNDIOS	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia municipal	8
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	12
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária	15
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	25
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação	26
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	27
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas	28
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	29
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento	30
3. CAPITALISMO CONSCIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	33
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Região da Produção RS/SC/MG e o Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio (NPEA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas ao perfil socioeconômico dos municípios que estão na área de atuação da Sicredi Região da Produção, bem como os desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada local onde a cooperativa possui agência, no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina (Figura 1).

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Região da Produção RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Região da Produção RS/SC/MG.

Esta iniciativa coletiva e comprometida com o processo de fomento à reflexão sobre o desenvolvimento e ao capitalismo consciente foi construída em cooperação com os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores socioeconômicos.

Neste processo, a reflexão e a busca por novos conhecimentos, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor também são objetivos a serem alcançados.

Portanto, conhecer a realidade de cada município, bem como os níveis de desenvolvimento e a evolução econômica, social e ambiental podem subsidiar reflexões e proposições na área do desenvolvimento regional, local, inclusivo e sustentável.

Neste contexto, a presente iniciativa contempla o levantamento e análise de informações primárias e secundárias. As informações primárias serão obtidas através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios. As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, contidas neste Perfil Socioeconômico e Ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

Este relatório, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Rio dos Índios/RS** e está dividido em quatro seções, sendo a primeira esta Introdução. Na segunda, apresenta-se a análise do Perfil Socioeconômico e Ambiental do município em questão. Na terceira seção o leitor poderá encontrar uma breve reflexão sobre as ações potenciais de desenvolvimento regional. Já, na quarta seção, estão apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla uma importante etapa para refletir, com base no Capitalismo Consciente a nas dinâmicas socioeconômicas locais, quais ações poderão ser implementadas para melhorar os níveis de desenvolvimento municipal e regional.

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE RIO DOS ÍNDIOS

O município de Rio dos Índios foi emancipado pela Lei Estadual nº 9.547, de 20 de março de 1992. O município se estende por 237 km² e está a uma distância de 343 km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

É vizinho dos municípios de Nonoai, Caxambu do Sul e Gramado dos Loureiros, Rio dos Índios se situa a 32 km a Sul-Oeste de Chapecó a maior cidade nos arredores.

Está situado a 520 metros de altitude, e nas seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 27° 17' 53" Sul, Longitude: 52° 50' 51" Oeste.

2.1. Caracterização demográfica

Conforme é possível observar a partir da Tabela 1, cerca de 21% da população de Rio dos Índios vive na zona urbana e 79% vive na zona rural. Quanto a distribuição da população segundo o sexo, a zona rural possui 51,97% de homens e 48,03% de mulheres. Já população residente na zona urbana, tem-se 49,40% de homens e 50,6% de mulheres.

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	373	20%	382	22%	755	21%
Rural	1487	80%	1374	78%	2.861	79%
Total	1.860	100%	1.756	100%	3.616	100%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Do contingente de 3.616 pessoas, cerca de 20% tem até 14 anos, 21% de 15 a 29 anos, 41% de 30 a 59 anos e 18% de 60 anos ou mais. Analogamente, conforme a Tabela 2, observa-se que mais de 62% da população, tanto feminina como masculina, enquadra-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

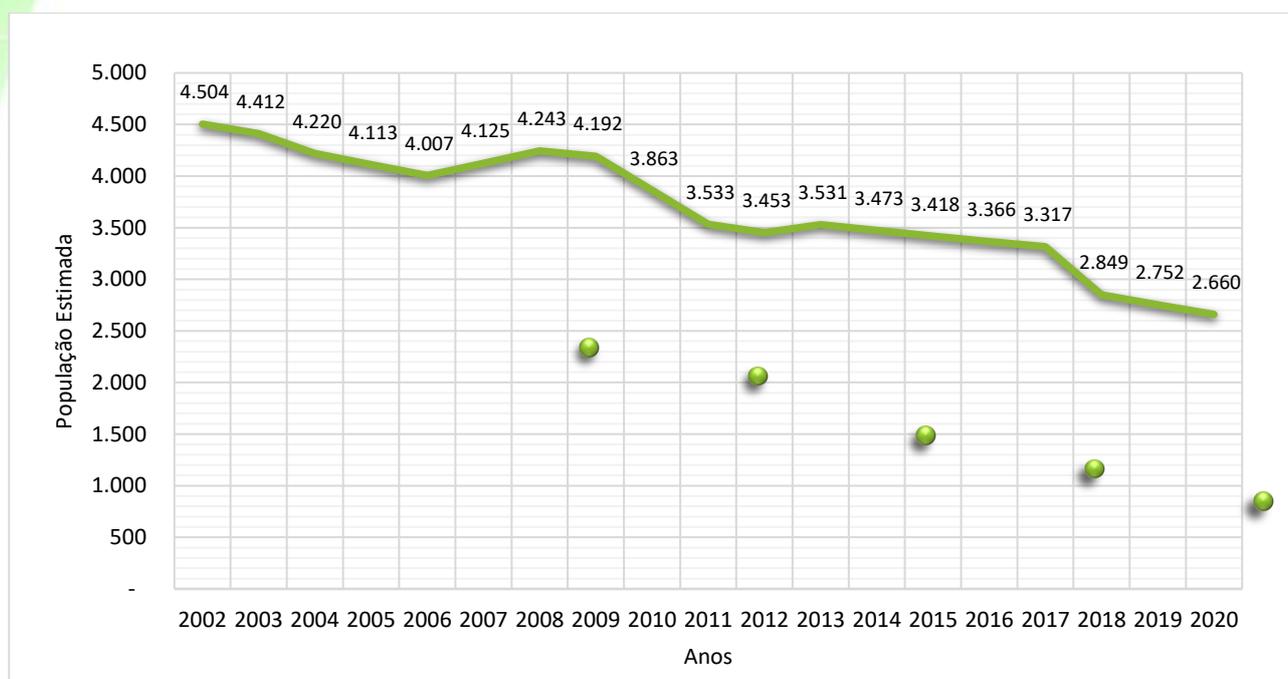
Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	392	21%	348	20%	740	20%
15-29 anos	378	20%	380	22%	758	21%
30-59 anos	761	41%	717	41%	1.478	41%
60 ou mais	329	18%	311	18%	640	18%
Totais	1.860	100%	1.756	100%	3.616	100%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Observando-se os dados da Figura 2, verifica-se uma tendência de redução da população no município entre o ano de 2002 e 2020 (período em que a população encolheu cerca de 40,94%).

Este cenário demográfico expõe um processo importante e que merece ser estudado com mais profundidade, sobretudo, para entender os motivos da tendência verificada.

Figura 2. Evolução da população municipal: 2002 a 2020



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estima Pop (2020).

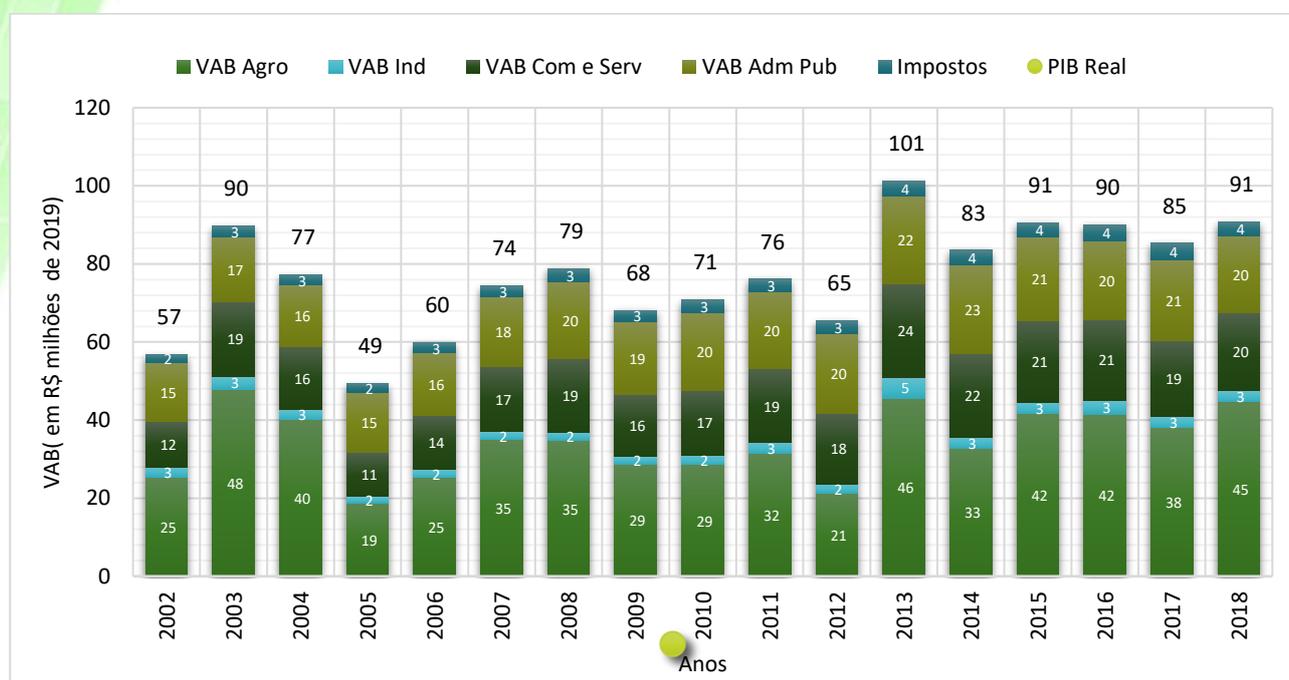
2.2. Apresentação e análise da economia municipal

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Pode-se verificar que entre 2002 e 2018, o PIB Real do município evoluiu de R\$ 56,7 milhões para R\$ 90,7 milhões, ou seja, um acréscimo de 59,96% (Figura 3).

Figura 3. Evolução do Valor Agregado Bruto Real do município: 2002 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2020).

Neste período, verificam-se alguns momentos de redução do PIB Real, como é o caso de 2005, 2009, 2012 e 2014, quando o montante se reduziu para R\$ 49,334; R\$ 68,089, R\$ 65,417 e R\$ 83,490 milhões, respectivamente. Observa-se que, em termos médios no período, os setores que

¹ De acordo com PESSOA (2017), “O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia”.

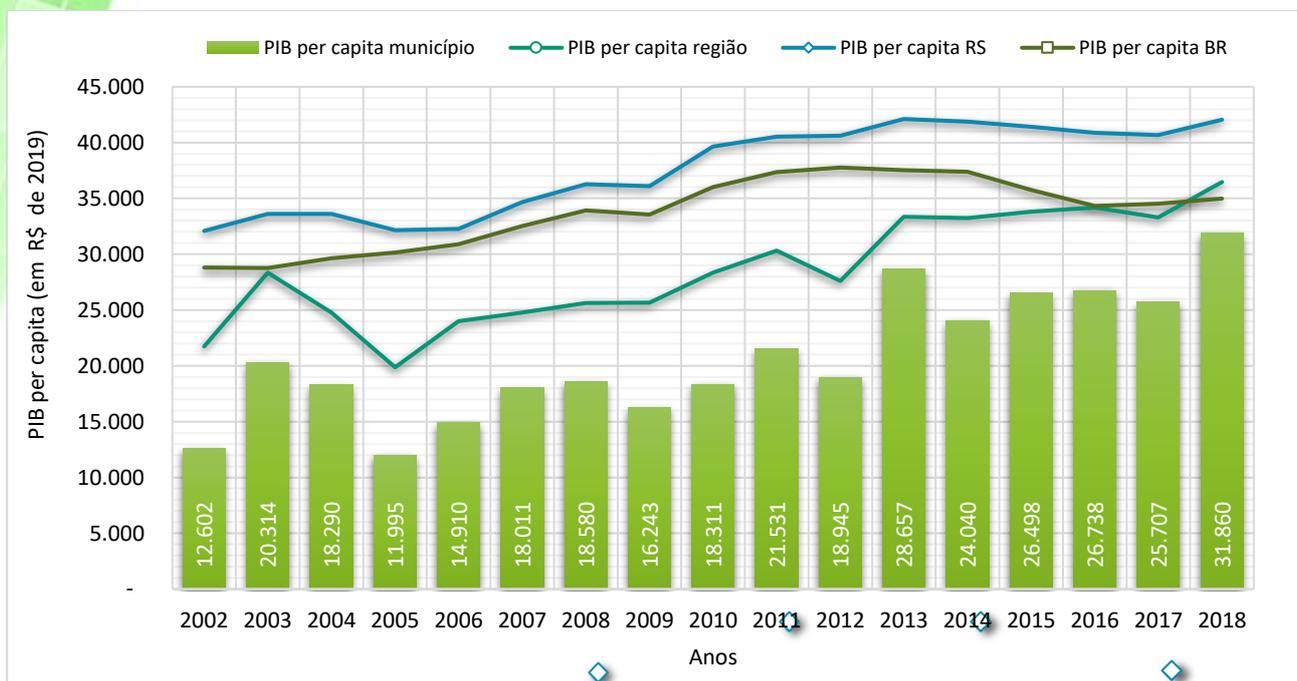
² De acordo com PESSOA (2017), o Valor Agregado Bruto ou “Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região”.

³ Segundo Mankiw (2015), “o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média”.

mais contribuem para a formação do PIB são os setores da agropecuária com 45% do Valor Agregado Bruto, seguido pela administração pública com 25% e comércio e serviços com 23%.

Em termos médios, observou-se entre 2002 e 2020, uma redução populacional, de 4.504 habitantes em 2002 para 2.660 habitantes em 2020, ou seja, um decréscimo de 40,94%. Neste contexto, o aumento do PIB per capita do município se deve em parte pelo aumento do PIB na ordem de 59,93%, mas também pela redução da população na ordem já mencionada.

Figura 4. Evolução do Produto Interno Bruto *per capita* do município, da região de atuação da Sicredi Produção no RS, do estado do RS e do Brasil: 2002 a 2018

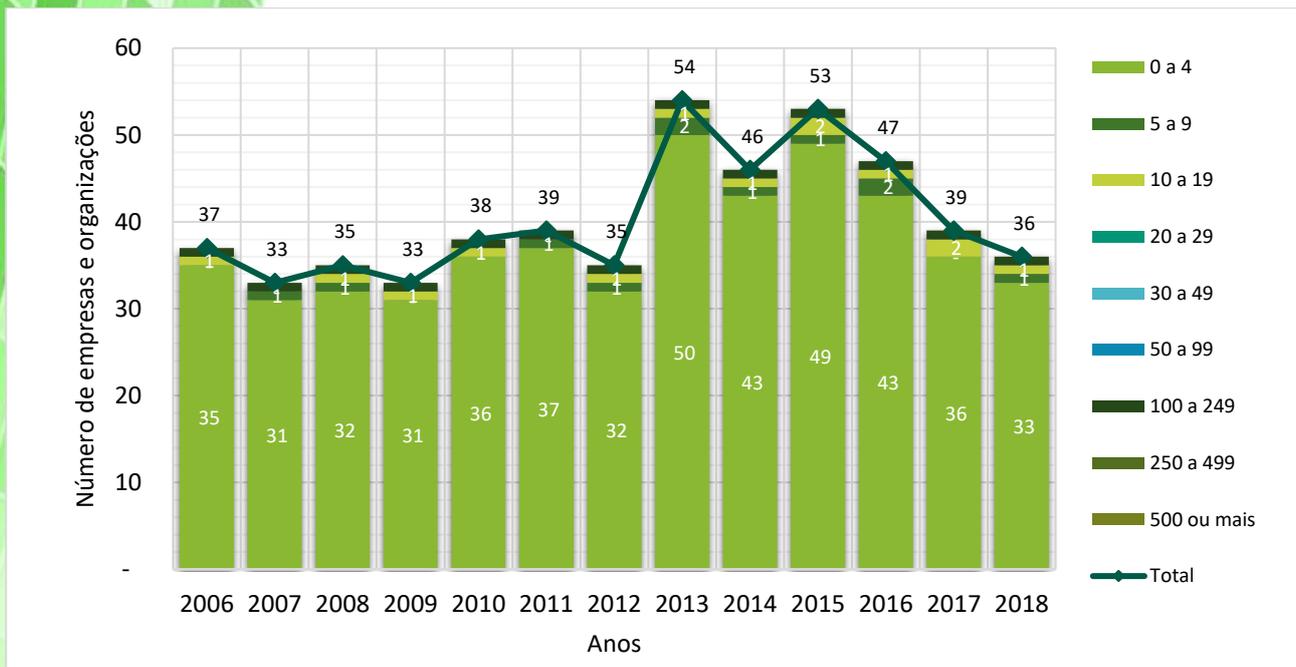


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2020).

Do início do período analisado (2002) até 2018, o PIB per capita real evoluiu de R\$ 12.602 para R\$ 31.860, o que representou uma valorização de 152,82%, conforme é possível observar na Figura 4.

Percebe-se, ainda, na Figura 4 que o PIB per capita do município ficou abaixo do PIB per capita da região, do estado e do país ao longo de toda a série histórica.

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2018

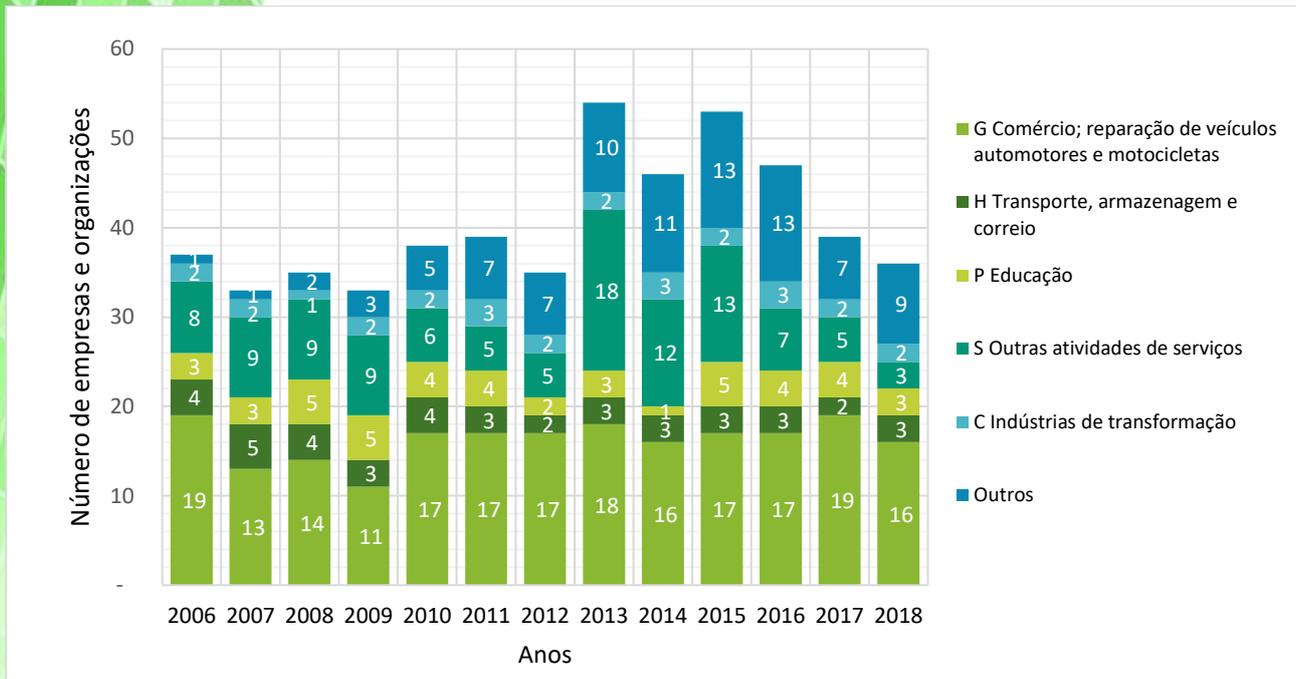


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2020).

Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas que empregam de 0 a 4 empregados, que juntas representam 91,67% das empresas do município no ano de 2018. Nesse mesmo ano, 3 empresas, ou seja, 8,33%, empregavam mais de quatro funcionários, entre as quais, 1 situavam-se na faixa de 5 a 9 empregados, 1 na faixa de 10 a 19 empregados e 1 na faixa de 100 a 249 empregados, conforme é possível observar na Figura 5.

Observando a Figura 6, podemos verificar que o segmento de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas agrega o maior número de empresas em 2018 (16, equivalente a 44,44% do total). Nos 2007, 2008 e 2009 é possível observar uma redução de empresas neste setor, para 13, 14 e 11 empresas, respectivamente. Da mesma forma, observou-se uma redução do número de empresas no segmento de Transporte, armazenagem e correio de 25%, saindo de 4 empresas em 2006 para 3 empresas em 2018, sendo que em 2006 representou 10,81% do total de empresas no município e em 2018 passou a representar 8,33%.

Figura 6. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Cadastro Central de Empresas (2020).

O setor de educação em 2006 representava 8,11% do total das empresas no município e em 2018, passou a representar 8,33%.

2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

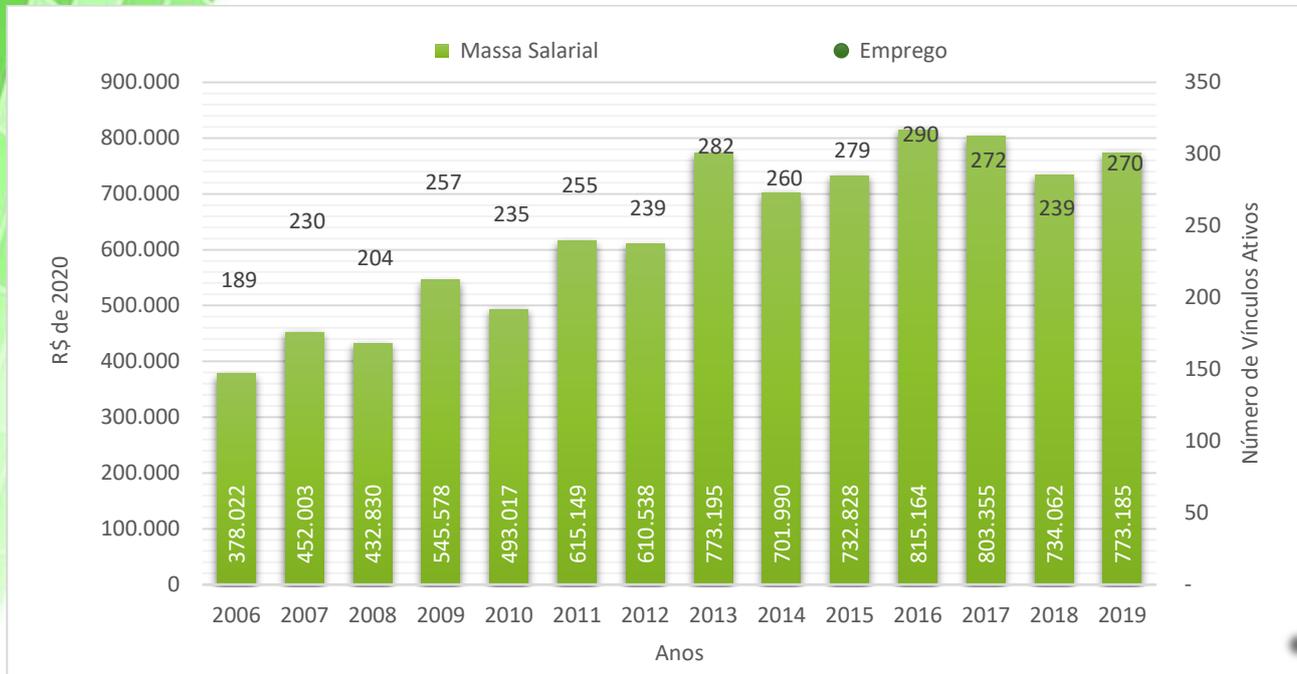
O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET).

Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A partir da Figura 7, observa-se que o município experimentou uma crescente no número de empregos e da massa salarial de 2006 a 2019, partindo de 189 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 378.022/mês em 2006 para 270 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 773.185/mês em 2019. Um crescimento de 104,53%. Em 2017 e 2018 observou-se uma queda tanto no emprego como na renda, quando os postos de trabalho ficam em 272 com uma renda de R\$ 803.355/mês e 239 postos de trabalho e uma renda de R\$

734.062/mês respectivamente. O ano de 2019 verifica-se uma elevação, quando os postos de trabalho ficam em 270 com uma renda de R\$ 773.185/mês.

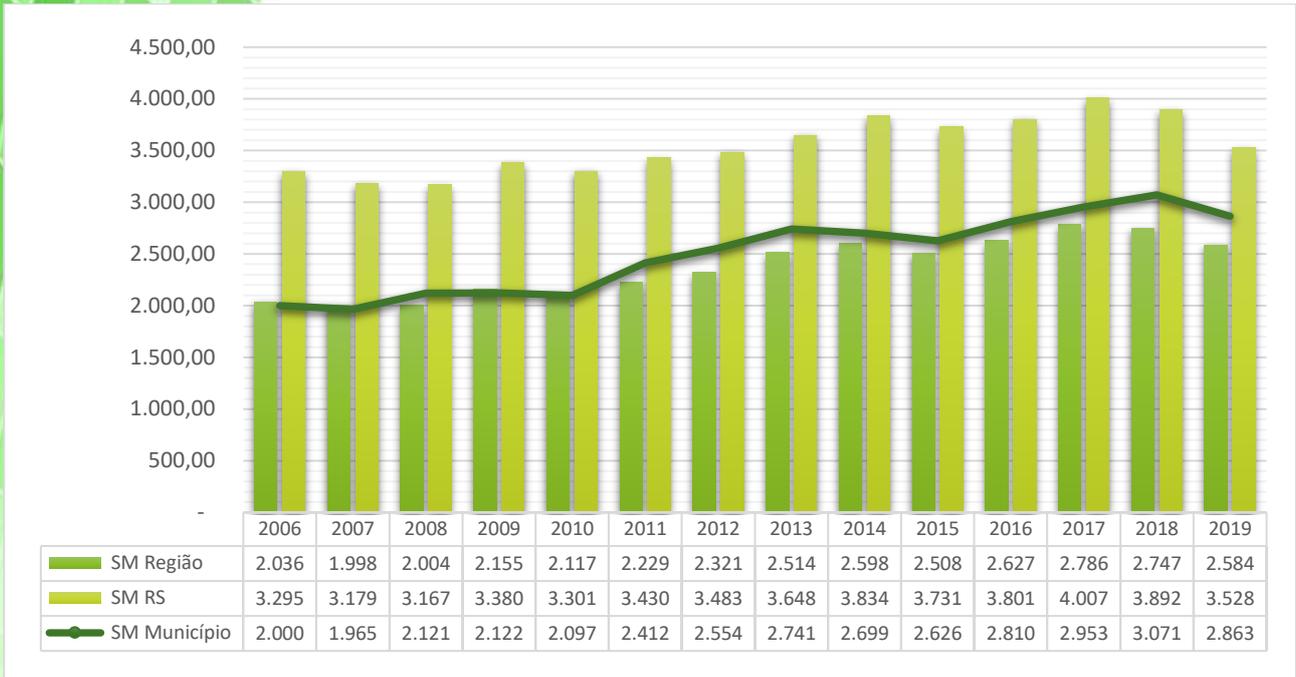
Figura 7. Número de empregos formais e remuneração (em R\$ de 2018): 2006 a 2019



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

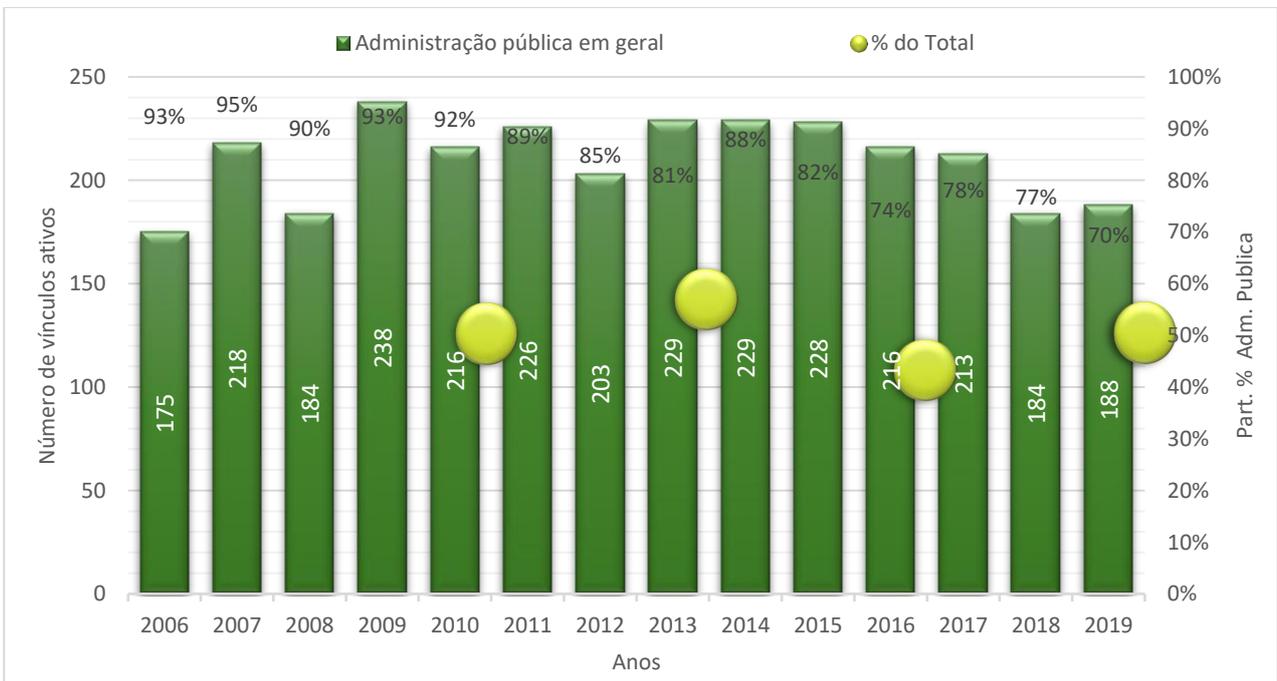
A Figura 8 demonstra a remuneração média desses postos de trabalho, onde se observa um crescimento de R\$ 2.000 por trabalhador em 2006 para R\$ 2.863 em 2019. Isso representou uma valorização de 43,15% nos salários médios praticados no município. Observa-se que, embora em alguns anos tenha ocorrido redução nos salários médios, como em 2007, 2010, 2015 e 2019, a tendência de aumento da magnitude dos salários médios é crescente, ficando acima da média da região a partir de 2011.

Figura 8. Remuneração média (em R\$ de 2020) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2019



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

Figura 9. Número de empregos da Administração Pública em geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2019

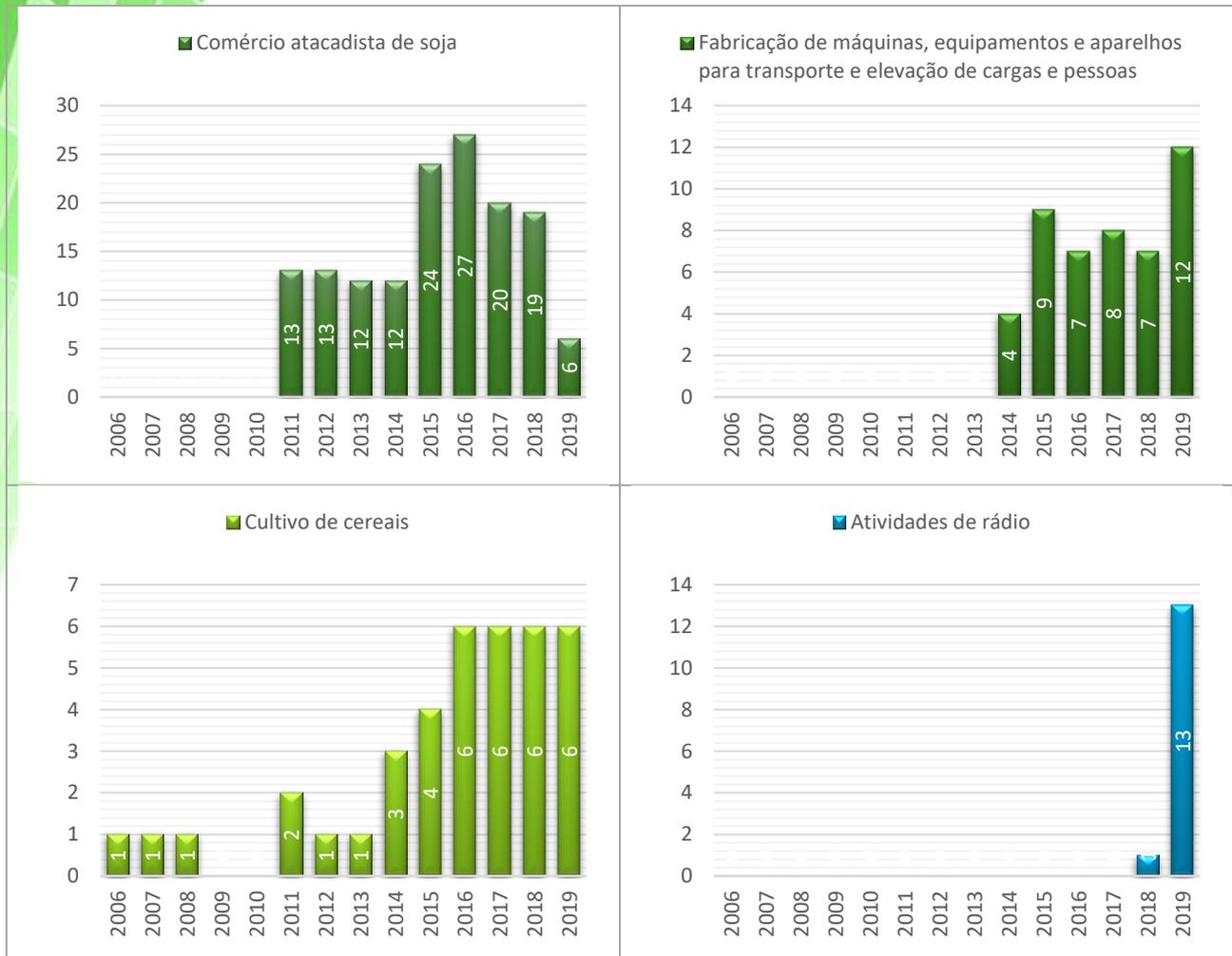


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

A Figura 9 demonstra a participação dos postos de trabalho no setor público na economia do município. Observa-se que a participação dos empregos oferecidos pela administração pública no

total de empregos do município é significativa, sendo que em toda a série histórica, ultrapassou os 70%, e em 2007 chegou à casa dos 95%.

Figura 10. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

A Figura 10 apresenta o comportamento da geração de empregos por atividade econômica, concentrando-se no comércio atacadista de soja e na fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas e pessoas.

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades. Cerca de 74,98% dos

estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e concentram cerca de 42,09% da área. 18,60% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 29,78% da área total dos estabelecimentos do município.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 96,89% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam cerca de 81,73% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: fev/2020

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	794	7.365,70	74,98	42,09
1-2	197	5.212,59	18,60	29,78
2-3	35	1.726,52	3,31	9,86
3-4	20	1.389,74	1,89	7,94
4-5	3	269,97	0,28	1,54
5-6	2	205,27	0,19	1,17
6-7	3	384,43	0,28	2,20
7-8	1	146,18	0,09	0,84
8-9	1	175,56	0,09	1,00
9-10	2	382,03	0,19	2,18
>10	1	243,61	0,09	1,39
Total	1.059	17.501,61	100,00	100,00

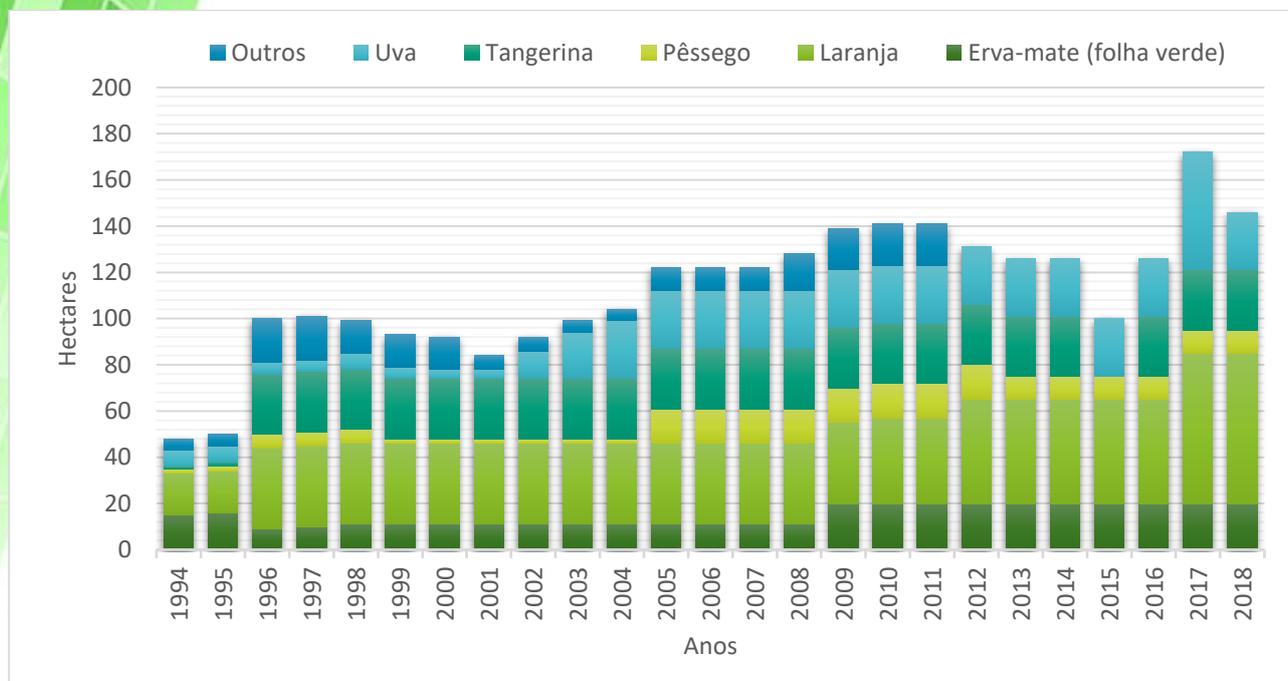
Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 146 hectares para culturas perenes e 9.095 para a lavoura temporária.

Podemos observar no parágrafo anterior que a área colhida de lavoura permanente não é o forte do município, pois as culturas permanentes representam 1,61% da área destinada às lavouras. A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2020) sintetizada na Figura 11, mostra a área colhida de culturas de lavoura permanente no período de 1994 - 2018. A da cultura da laranja representa a maior área colhida entre as culturas permanentes, ocupando 44,52% dos 146 hectares destinados a essa modalidade. A laranja em 1994 ocupava 18 hectares, em 2018 ocupava 65 hectares, representando um aumento de 261,11% na área colhida. A tangerina em 1994

contava com 1 hectare e passa para 26 hectares em 2018, o que significa um aumento de 2.500% no período. Importante destacar que 24 hectares foram plantados em 1996, estabilizando a área em 26 hectares até 2018.

Figura 11. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1994 - 2018



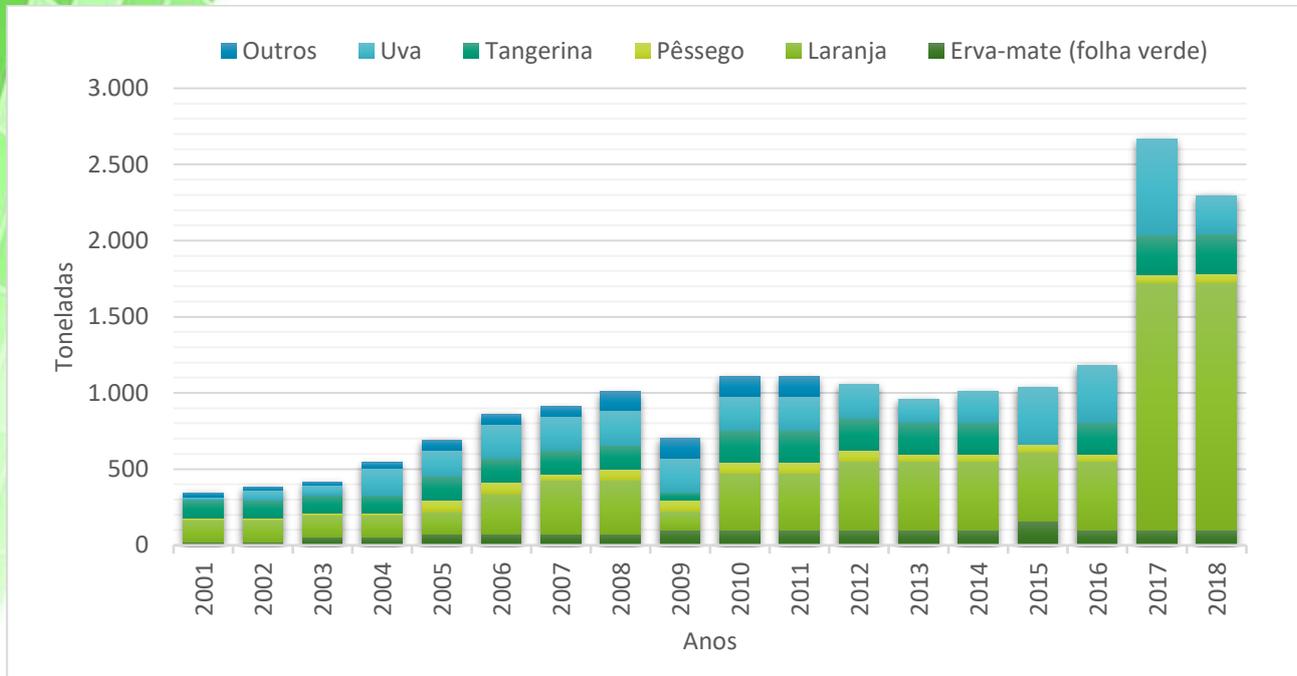
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

A cultura do pêssego obteve o segundo maior crescimento, quando em 1994 contava com 2 hectares, expandiu-se para 10 hectares em 2018, o que representou um incremento de 400%. A cultura da uva em 1994 contava com 7 hectares colhidos, chegando em 2018 com 25 hectares, o que representou um acréscimo de 257,14%. Já a erva-mate, em 1994 teve uma área colhida de 15 hectares, chegando em 2018 com 20 hectares, representando um acréscimo de 33,33%.

A Figura 12 apresenta a quantidade obtida das culturas permanentes. A cultura da laranja apresenta uma trajetória crescente, partindo de uma produção de 144 toneladas em 2001 para uma produção de 1.625 toneladas em 2018, ou seja, um acréscimo de 1.028,47%. A cultura da uva em 2001 obteve uma produção de 20 toneladas, evoluindo para 635 toneladas em 2017 e caindo para 250 toneladas em 2018. No que diz respeito à tangerina, a produção parte de 120 toneladas em 2001, e chega a 260 toneladas em 2018, significando um acréscimo de 116,67%. A produção de erva-mate cresceu 354,55% de 2001 a 2018, quando a produção era de 22 toneladas e passa

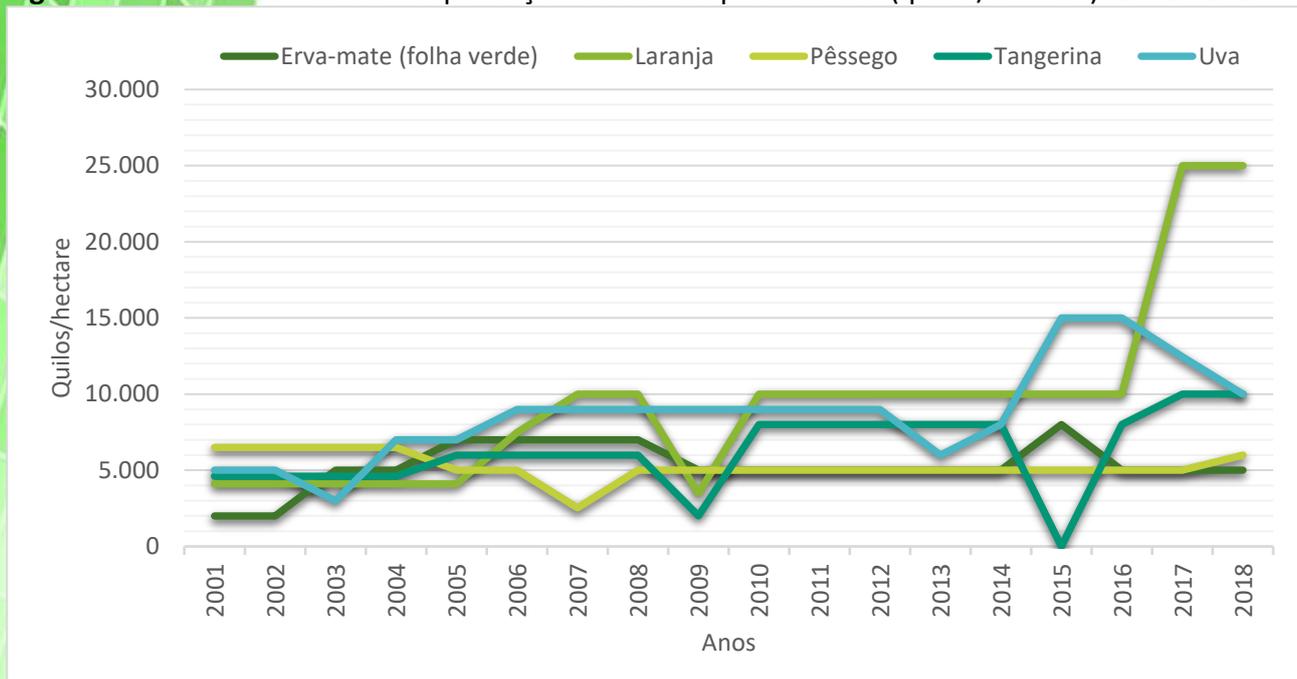
para 100 toneladas de folhas. A produção de pêsego parte de 13 toneladas em 2001 a atinge 60 toneladas em 2018, representando um acréscimo de 361,54%.

Figura 12. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente: 2001 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

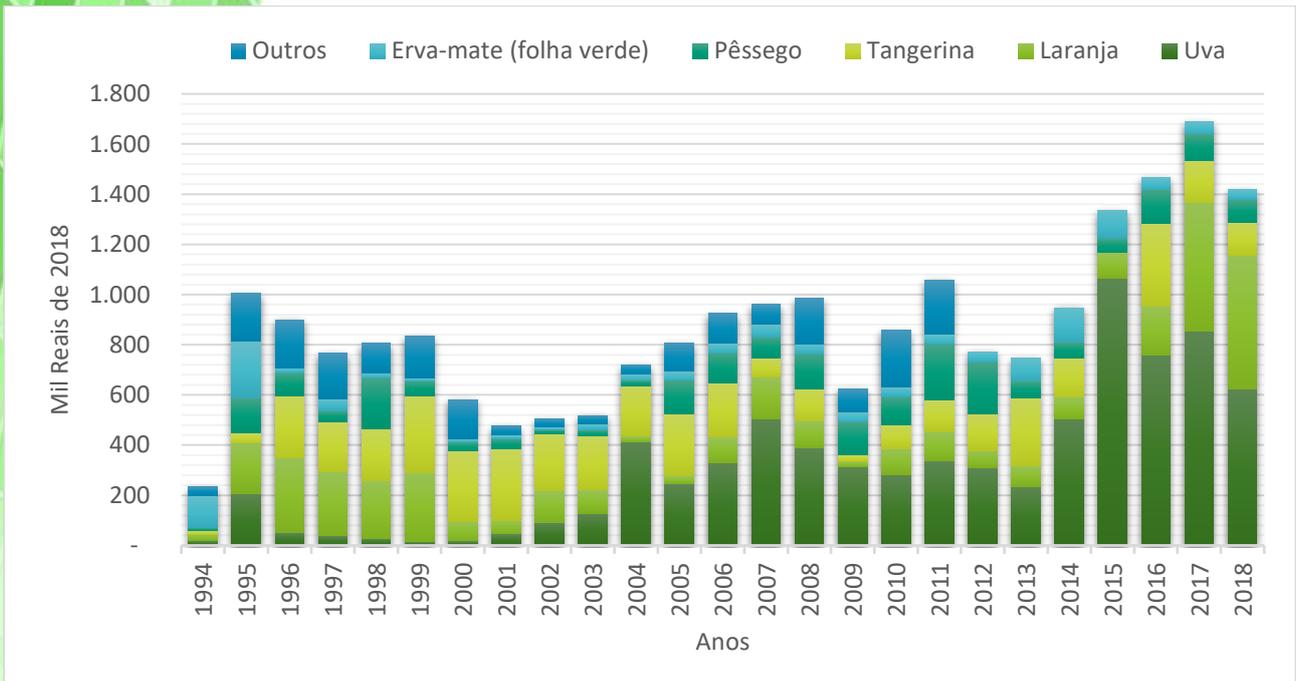
A Figura 13 apresenta o rendimento médio da produção da lavoura permanente e nesse sentido, evidencia-se a produtividade da cultura da laranja, que parte de 4.114 quilos por hectare em 2001 e chega em 2018 com produtividade de 25.000 quilos por hectare, um aumento de 507,68%. Esse fato aponta para uma profissionalização dos agricultores que ficaram na atividade. No tocante à produtividade da cultura da uva, observa-se um crescimento de 5.000 quilos em 2001 para 10.000 quilos em 2018, um aumento de 100%. Destaque-se que a produtividade da uva nos anos de 2015 e 2016, foi de 15.000 quilos, respectivamente. As culturas da erva-mate e da tangerina aumentaram entre 2001 e 2018, 150% e 116,68% respectivamente. Já o rendimento do pêsego reduziu-se em 7,69%, com 6.500 quilos em 2001 para 6.000 quilos em 2018.

Figura 13. Rendimento médio da produção da lavoura permanente (quilos/hectare): 2001 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

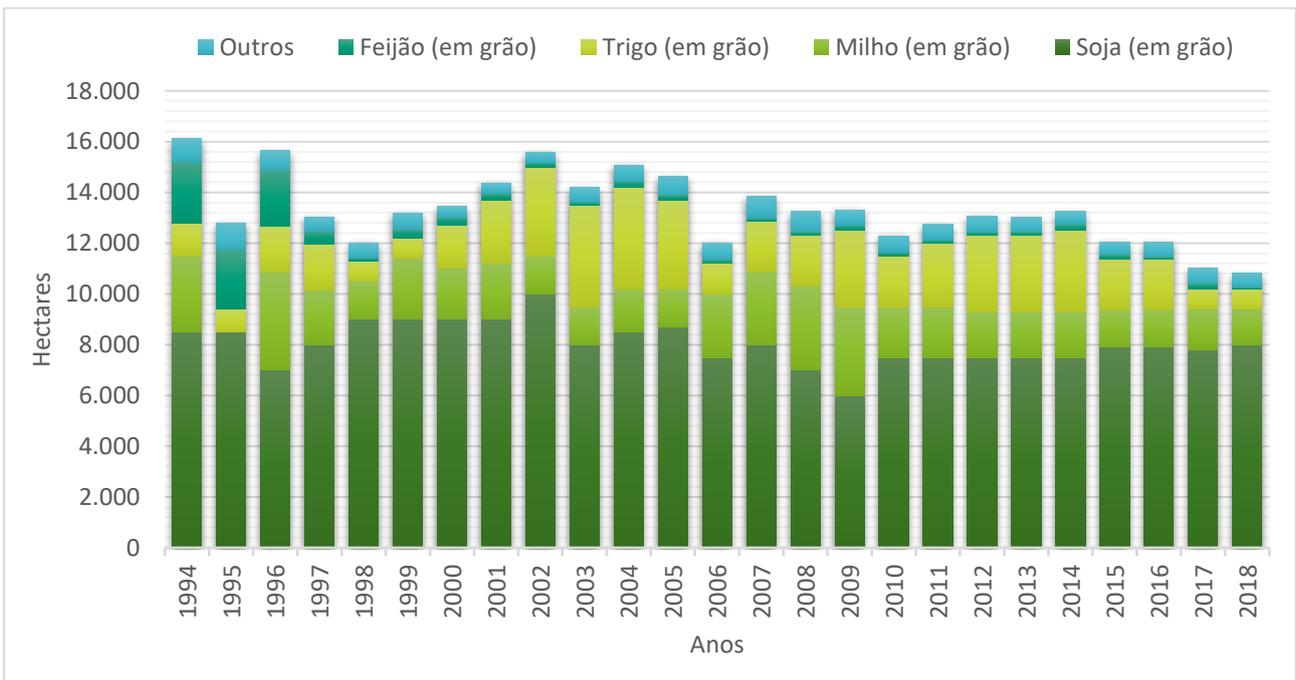
A monetização corrigida pelo IGP-DI (2018) da produção da lavoura permanente pode ser vista na Figura 14, derivando da quantidade produzida das culturas verificadas na Figura 13. Observa-se que a uva foi a que produziu a maior somatório de receita entre os anos de 1994 a 2018, com um valor de R\$ 7,812 milhões, ou uma média de R\$ 312 mil por ano. Já a cultura da tangerina, produziu um somatório de receita entre os anos de 1994 a 2018 de R\$ 4,337 milhões, ou uma média de R\$ 173 mil por ano. O terceiro maior valor somado no período foi da laranja, com um somatório de receita entre os anos de 1994 a 2018 de R\$ 3,891 milhões, ou uma média de R\$ 156 mil por ano. Segue-se pela cultura do pêssego e da erva-mate que somaram valor da produção no período de R\$ 94 e R\$ 53 mil reais respectivamente.

Figura 14. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Figura 15. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018



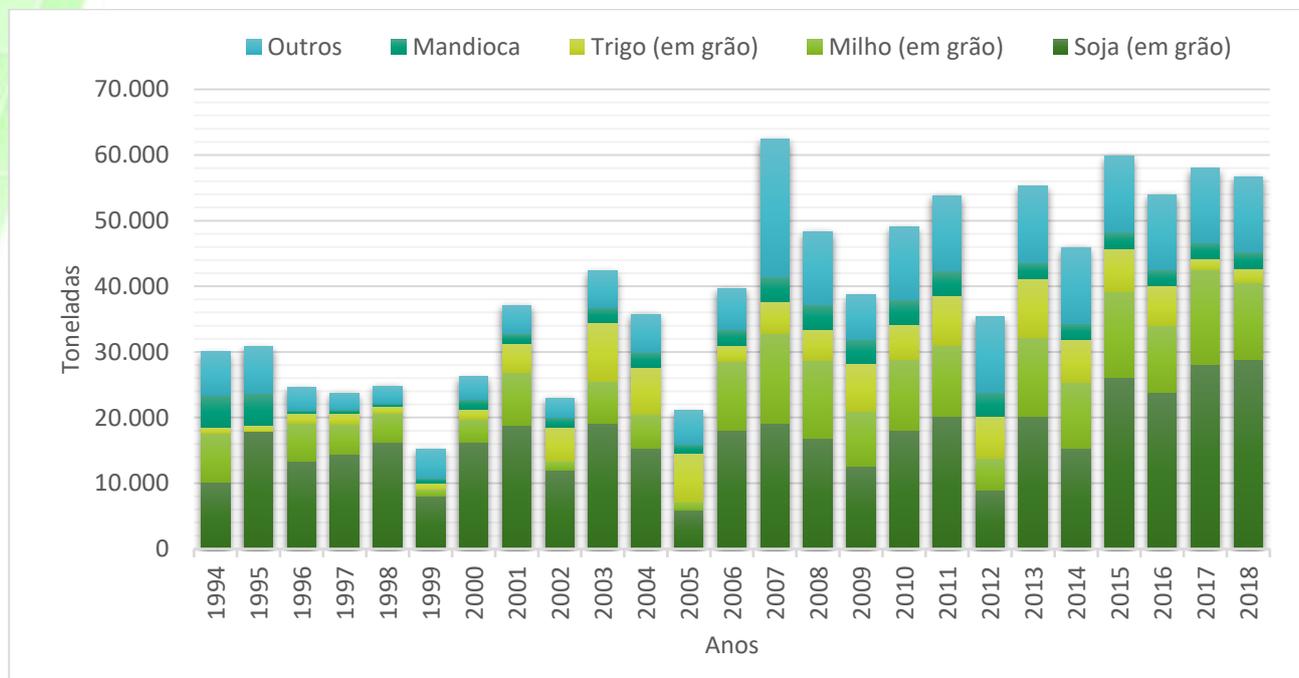
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar através da Figura 15, que a soja, o trigo e o milho, se constituem como as principais culturas por apresentarem as maiores áreas plantadas, com uma média no período de 8.034, 2.164 e 2.029 hectares, respectivamente. Porém, é

perceptível a tendência de declínio das áreas de milho e de trigo, tendo em vista que o município já teve área plantada de 3.500 hectares de milho e 3.000 hectares de trigo em 2009.

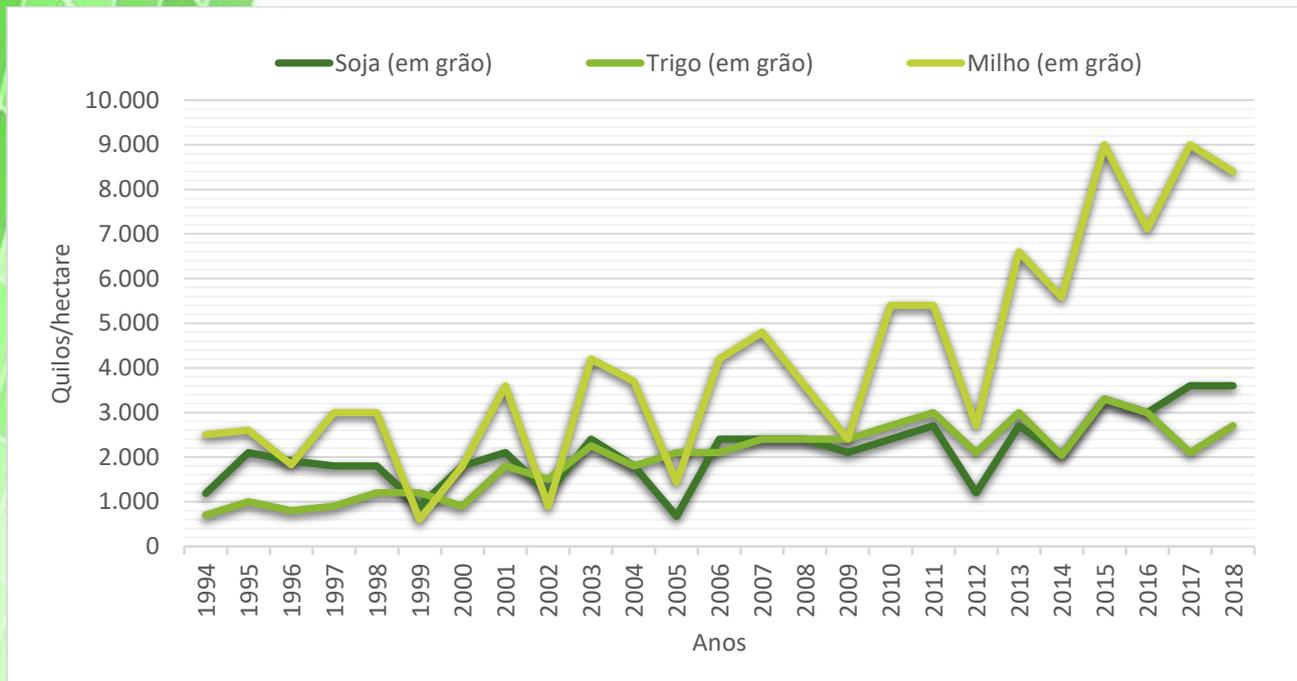
O produto das áreas produzidas das culturas temporárias pode ser visualizado na Figura 16, onde se observa o crescimento da produção de soja que em 2001 produziu 10.115 toneladas e em 2018 alcançou 28.800 toneladas, sendo que a média no período de 2001 a 2018 foi de 16.951 toneladas de soja por ano. A segunda maior produção foi o milho, com uma média anual de 7.650 toneladas. O trigo posicionou-se em terceiro de maior produção com uma média anual de 4.484 toneladas, seguida pela produção de mandioca que atingiu a média anual de 2.496 toneladas.

Figura 16. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Em termos de produtividade das culturas temporárias, observa-se na Figura 17 que a cultura do trigo obteve a maior evolução de produtividade de 1994 a 2018, pois parte de 700 quilos por hectare em 1994 para 2.700 quilos em 2018, o que representa uma evolução de 286%. Já o milho, parte de uma produtividade de 2.500 quilos por hectare em 1994 para 8.400 quilos em 2018, o que representa uma evolução de 236%. A soja tem uma produtividade de 1.190 quilos por hectare em 1994 para 3.600 quilos em 2018, o que representa uma evolução de 203%.

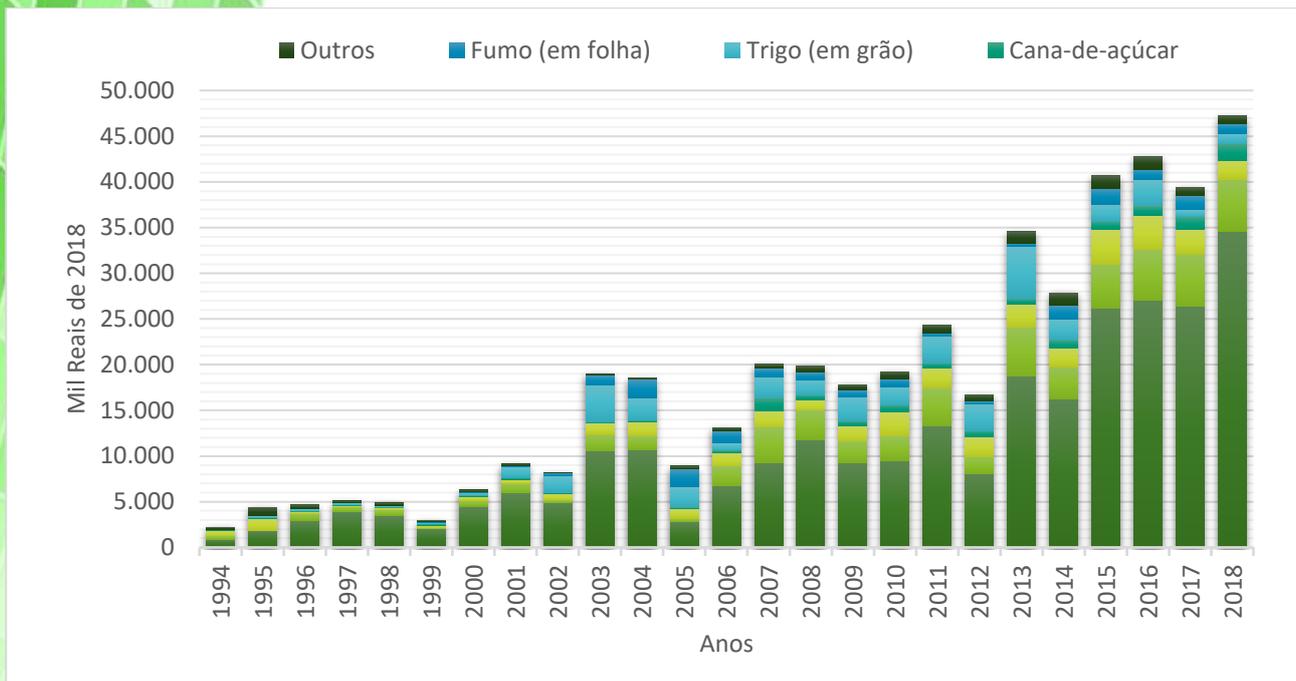
Figura 17. Produtividade de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Em termos reais, é possível observar, a partir da Figura 18, que o valor global da produção da lavoura temporária alcançou cerca de R\$ 14,385 milhões em 2001 e no ano de 2018 elevou para R\$ 47,245 milhões. Neste período, a produção de soja foi a principal responsável pelo valor da produção, com uma média de R\$ 18,268 milhões. Seguida pelo milho cujo valor médio no período foi de R\$ 3,860 milhões e o trigo com R\$ 3,039 milhões. A mandioca e o fumo apresentam uma média anual de R\$ 2,738 e R\$ 1,246 milhão, respectivamente.

Observando a evolução do valor da produção, verifica-se que o fumo em folha foi o que apresentou o maior crescimento, pois sai de R\$ 6,46 mil em 1994 e chega em 2018 com R\$ 1,246 milhão. A segunda maior evolução do valor da produção ficou com a soja, pois apresentou um aumento de 488,94% do ano de 2001 em relação a 2018. Já a cultura de trigo proporcionou uma evolução de 296,47 % e o milho evoluiu 134,12 % em relação ao mesmo período. A cana-de-açúcar aumentou o valor de sua produção em 350,32%, partindo de R\$419 mil em 1994 para R\$ 852 mil em 2018.

Figura 18. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018

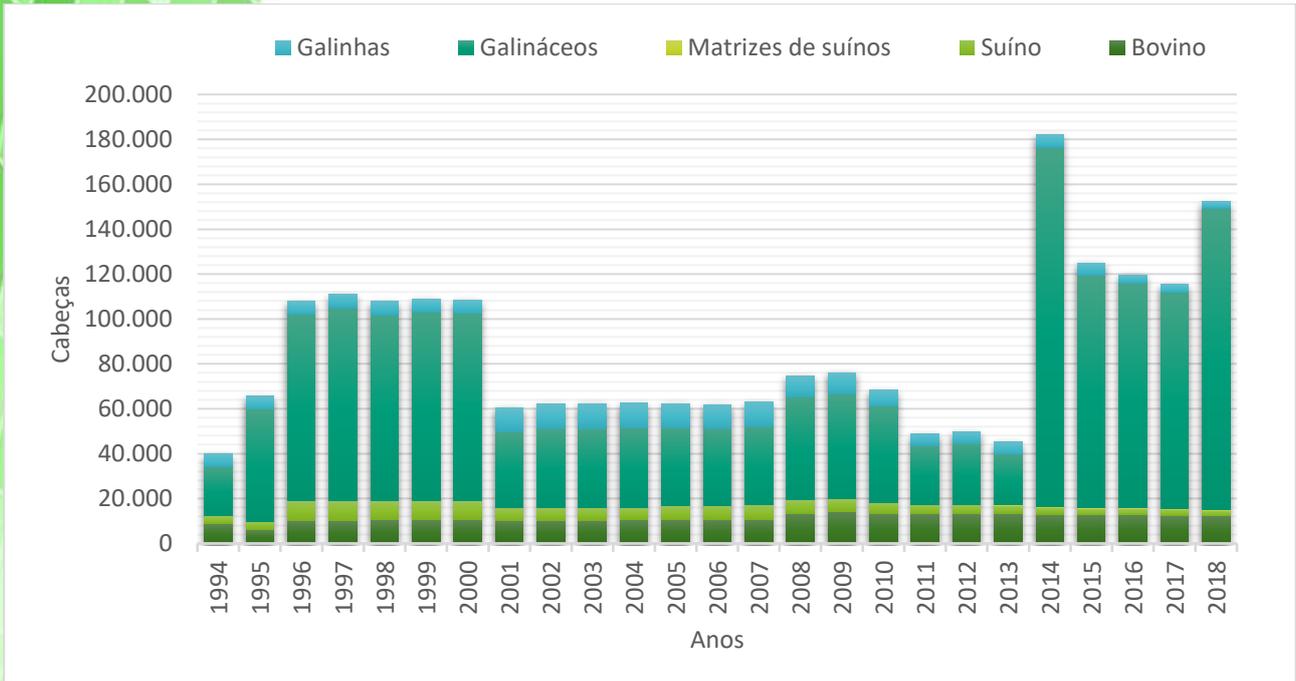


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, a Figura 19 mostra que os únicos rebanhos que tiveram crescimento entre 2001 a 2018, foi o rebanho de galináceos e bovinos, com evolução de 514,19% e 39,80%, respectivamente. As criações de galinhas, suínos e matrizes de suínos reduziram os seus plantéis em 46,63%, 32,66% e 17,50%, respectivamente.

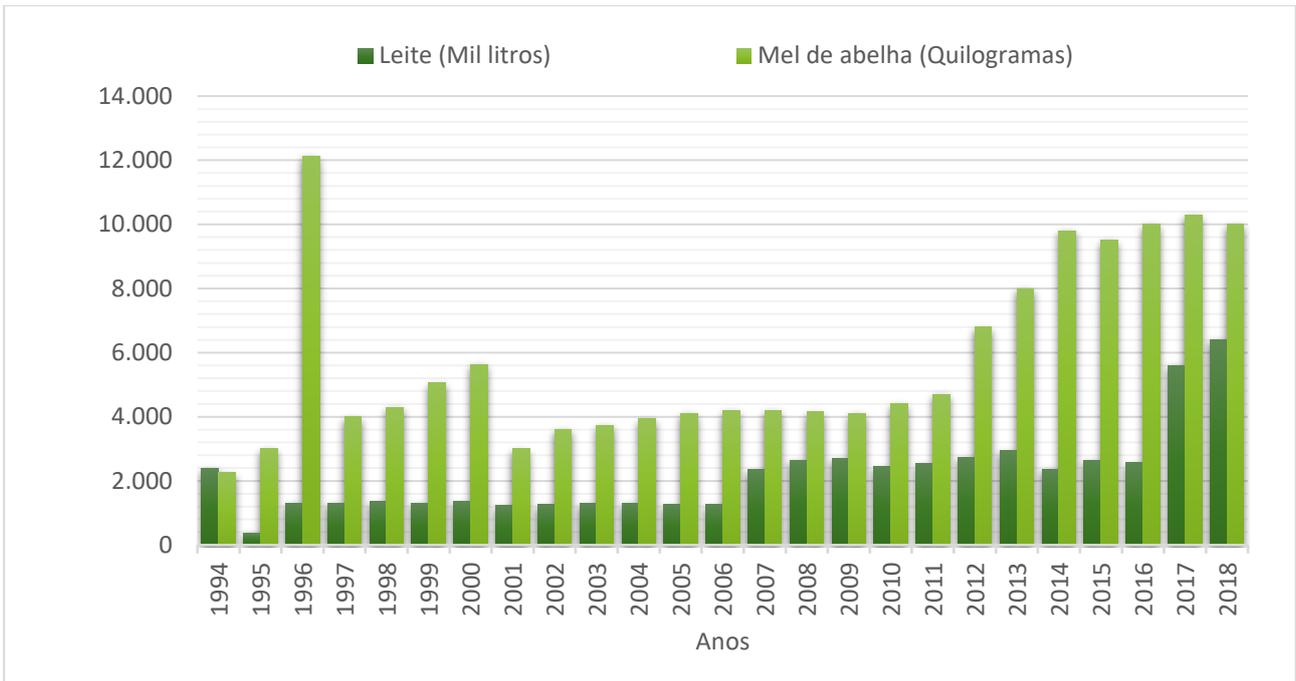
Tendo por base a Figura 20 é possível observar que em 2001, o município produziu 1,226 milhões de litros de leite, verificando-se o início de uma trajetória de ascensão, chegando em 2018 com uma produção de 6,4 milhões de litros de leite. A produção de leite mais do que dobra em 2017, quando chega a 5,6 milhões de litros, depois de ter produzido em 2016 2,56 milhões de litros. A produção de mel, experimenta uma linha de crescimento, com uma produção de 3 mil quilos em 2001 para 10 mil quilos em 2018. A produção de ovos em 2001 era de 95 mil dúzias e reduzindo-se em 2018 para 66 mil dúzias, tendo um pico de produção em 2007 com 180 mil dúzias.

Figura 19. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1994 - 2018



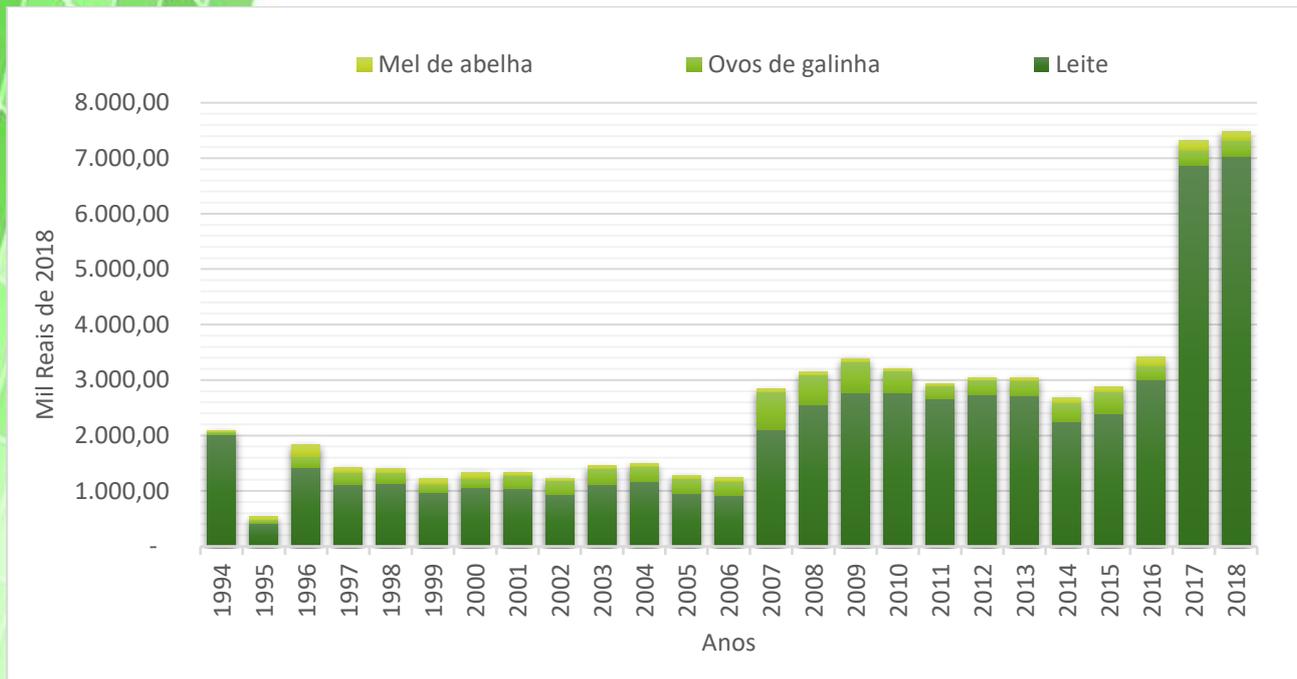
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

Figura 20. Produção animal: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

A Figura 21 apresenta o valor da produção animal em termos reais, onde o valor da produção do leite tem apresentado crescimento, partindo na série de R\$ 2,008 milhões em 1994 para R\$ 7,04 milhões em 2018, o que significou uma variação percentual de 250,6% no período.

Figura 21. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

O valor da produção do mel teve um comportamento ascendente, iniciando em 2001 com um valor de R\$ 25,83 mil, chegando ao pico em 1996 quando o valor foi de R\$ 215,86 mil e passa a percorrer um caminho de queda, chegando em 2011 com um valor de R\$ 29 mil, voltando a subir até chegar em 2018 com um valor de R\$ 160 mil.

O valor da produção de ovos de galinha inicia a série histórica em 1994 com um montante de R\$ 58,11 mil, chegando em 2007 ao pico, quando o valor atinge R\$ 672,75 mil, iniciando-se movimentos de redução no valor da produção de ovos, até o ano de 2018 quando chega a um valor de R\$ 284 mil.

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

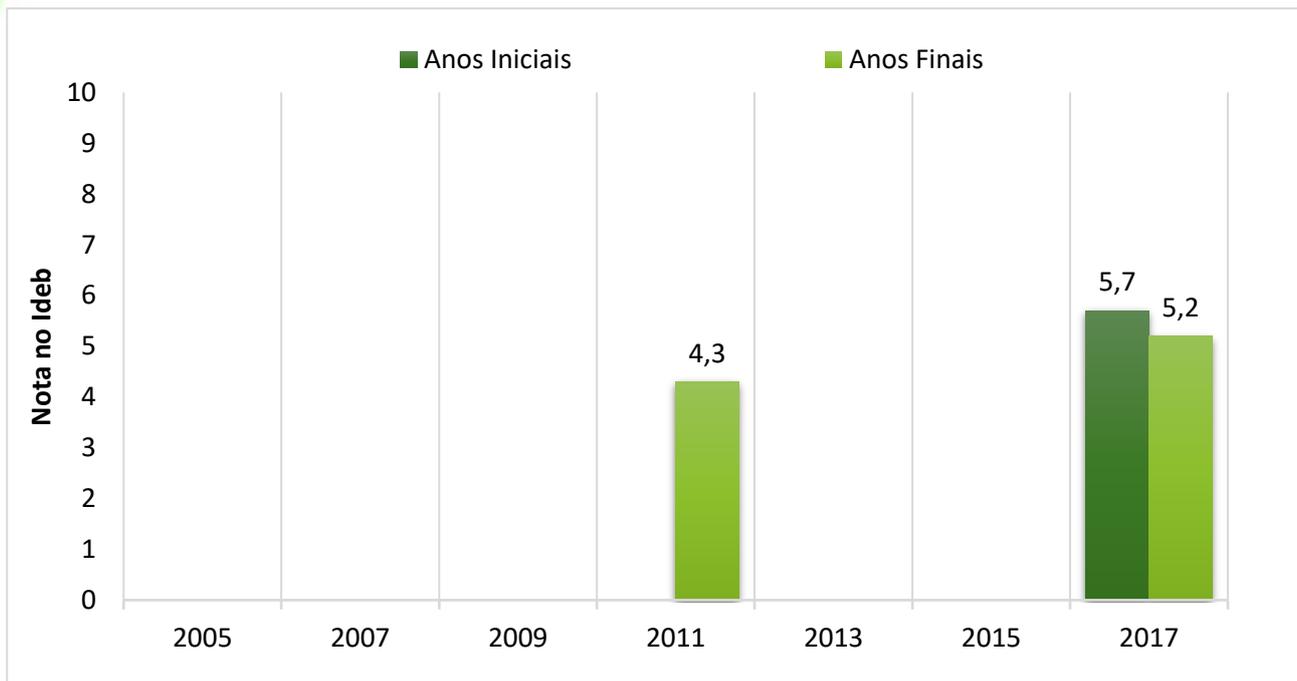
Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foram selecionados um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2020), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 95,1%, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 320 matrículas no ensino fundamental e 83 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 47 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 14 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 6 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

Figura 22. IDEB das escolas do município de Rio dos Índios/RS: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE Cidades (2020).

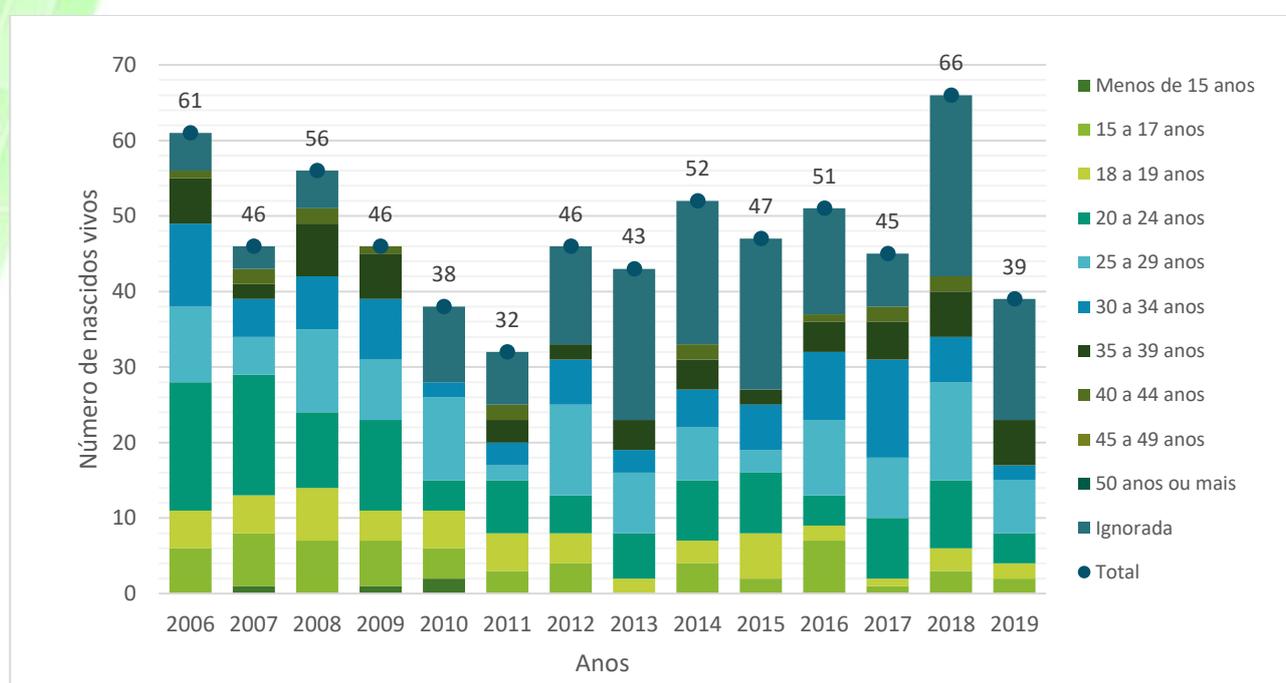
Apesar de não haver informações quanto a esse índice nos anos de 2005, 2007 e 2009, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para o ano de 2017 foi de 5,7. Já no IDEB dos anos

finais, o índice apresenta trajetória de crescimento, partindo de 4,3 em 2011 para chegar em 2017 com índice de 5,2, conforme é possível observar na Figura 22.

2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

A Figura 23 permite observar uma leve tendência de queda no número de nascidos vivos no município de Rio dos Índios no período compreendido entre 2006 e 2019. As faixas etárias de mães com idade entre 25 a 29 e 35 a 39 anos fora as que apresentaram maior número de nascimentos.

Figura 23. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Rio dos Índios/RS: 2006 a 2019



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estatísticas do Registro Civil (2020).

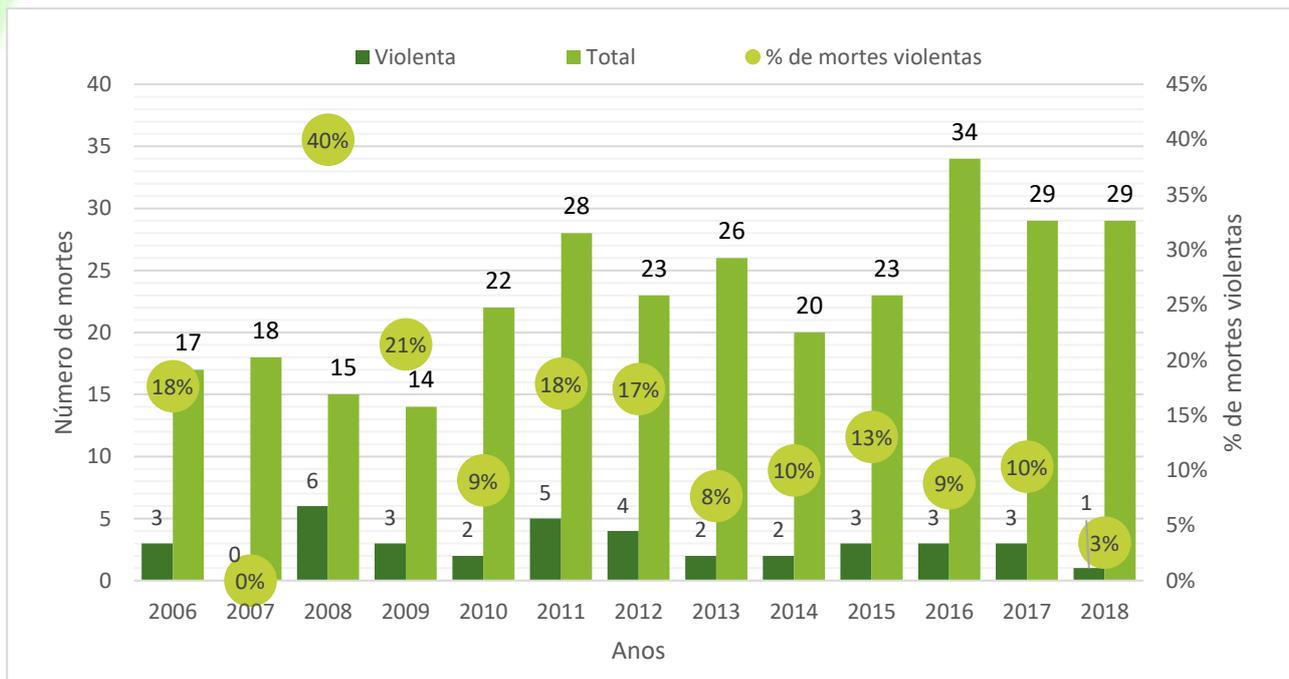
A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 não foram registradas mortes infantis, enquanto que “A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 20.41 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 3.3 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 1 de 497 e 72 de 497, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1 de 5570 e 1055 de 5570, respectivamente.” (IBGE, 2020).

2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o percentual de mortes violentas nos anos de 2006 e 2018 (pontos extremos) foi de 18% e 3%, respectivamente.

Em 2008 chegou a alcançar o patamar mais alto (40%), em contrapartida, no ano de 2007 não foram registradas mortes violentas no município. Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2009 com 14 mortes, porém 21% destas foram de forma violenta. Já o maior número de mortes ocorreu no ano de 2016, com 34 mortes, sendo que 9% destas foram de forma violenta. Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 298 óbitos, dos quais 37 ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 24.

Figura 24. Óbitos, por natureza, em Rio dos Índios/RS: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estatísticas do Registro Civil (2020).

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 3% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

“O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes” (FIRJAN, 2020).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos componentes do IFDM

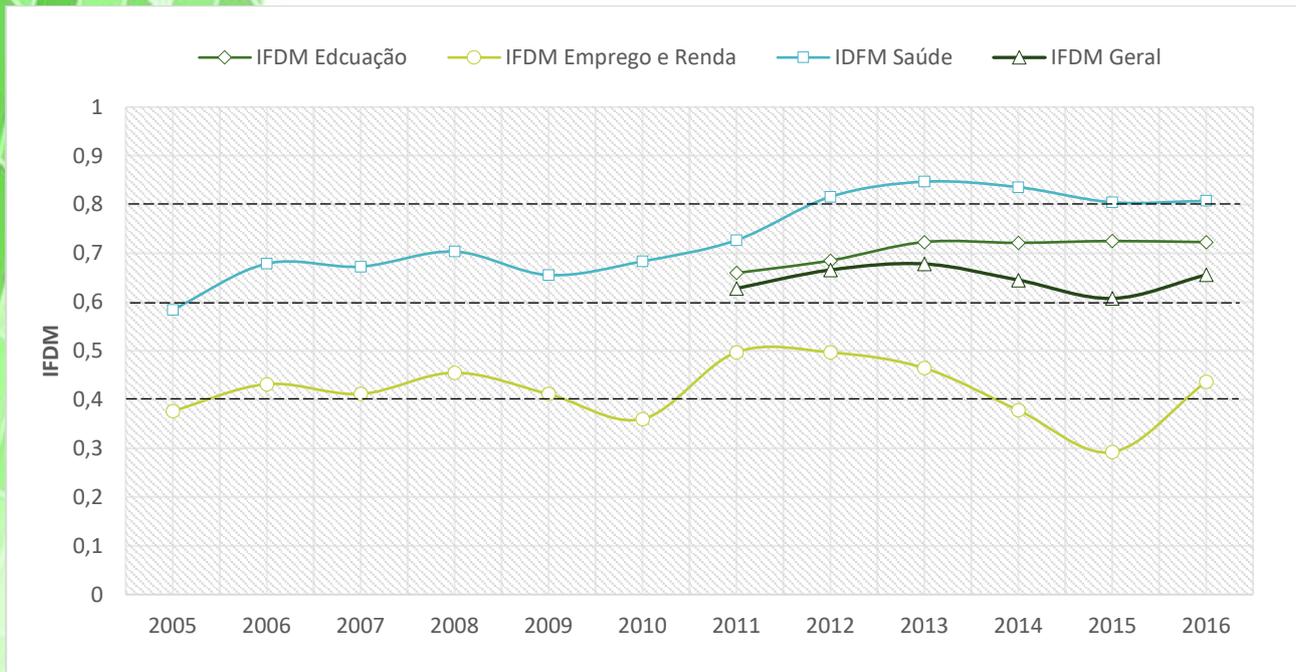
Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Elaboração própria, com base em FIRJAN (2020).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM. Neste sentido:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

Figura 25. Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 - 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em FIRJAN (2020).

Neste sentido, de acordo com a Figura 25, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016 com índices médios no período de 0,73 e 0,71, respectivamente. Por outro lado, a área relativa ao emprego e renda obteve o menor índice, de 0,42, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local. O IFDM geral médio é de 0,65.

Quando analisado o ano de 2016, podemos verificar o IFDM da educação, do emprego, da saúde, na ordem de 0,72; 0,44 e 0,81, respectivamente. O IFDM geral nesse ano é de 0,66, o que coloca o município como apresentando um moderado estágio de desenvolvimento.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui cerca de 23.696,60 hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 17.501,60 hectares. Destes, cerca de 13,89% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), 13,02% como Reserva Legal e 79,15% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil ambiental do Município: fev/2020

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	23.696,60	

Número de imóveis rurais	1.059	
Área total dos imóveis rurais	17.501,60	73,86
Área média:	16,53	
Área mínima/máxima:	0,04 / 243,61	
APP	2.449,01	13,99
APP - Recomposição	79,93	0,46
Reserva Legal	2.278,98	13,02
Vegetação Nativa	3.056,45	17,46
Servidão Administrativa	223,80	1,28
Área Consolidada	13.853,14	79,15
Banhados	8,70	0,05
Número de Nascentes	706	0
Uso Restrito	54,57	0,31
Hidrografia	192,28	1,1
Topo de Morro	1	0,01
Áreas: Não Declarada - Outras	6.195,00	26,14

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

Conforme se observa na Tabela 5, dos 1.059 imóveis rurais, cerca de 77,81% mantêm APP, 43,25% declararam ter olho d'água, 80,64% tem reserva legal e 92,16% contam com vegetação nativa.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: fev/2020

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA ¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA ²	% IR com EA ³	% IR sem EA ⁴
APP	824	2.528,94	235	77,81	22,19
Área Consolidada	1.035	13.853,14	24	97,73	2,27
Banhado	16	8,70	1.043	1,51	98,49
Hidrografia	703	121	356	66,38	33,62
Nascente olho d'água	458	0	601	43,25	56,75
Reserva Legal	854	2.278,98	205	80,64	19,36
Servidão Administrativa	495	223,80	564	46,74	53,26
Uso Restrito	10	54,57	1.049	0,94	99,06
Vegetação Nativa	976	3.056,45	83	92,16	7,84
Área topo de morro	-	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR – RIO DOS ÍNDIOS					
Número Total de I.R. :	1.059	17.501,60			
Área Total do Município:		23.696,60			
% Área declarada/Área Município:		73,86			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

3. CAPITALISMO CONSCIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O futuro de um povo, seja nos contornos de um país, estado ou município está nas mãos de seus cidadãos, de ninguém mais. Nas ações que por eles são eleitas e postas em prática, estão as forças capazes de dar movimento, sair da inércia, de construir uma estrada capaz de promover melhores condições, por mais desafiadoras que possam ser as condições. Essas ações podem se caracterizar por maior complexidade, como participar de um processo eleitoral imbuído de seu dever cívico para com a comunidade, como outras menores, mas não menos importantes, como, por exemplo, colaborar na manutenção da limpeza dos seus espaços sociais. É na interação do privado, o meu, com o público, o nosso, que se encontra o amálgama capaz de efetivamente construir a estrada.

Não há dúvidas de que ações de governos são importantes nesse processo, mas fazendo parte de nós, não como um agente único e responsável unitário pelo desenvolvimento de um povo, mas como um ente interativo, que tem na solidez das relações sociais de sua população a inspiração para liderar o processo. Em resposta, a sociedade, vislumbrando o comprometimento de seus governantes, engaja-se solidariamente em prol do desenvolvimento do seu espaço de convívio.

Melhorar as condições de vida de forma a gerar felicidade é a força que move um povo e, quando não há essa motivação, tem-se a inércia, a incapacidade de ver o futuro. A resposta a esta situação pode emergir da mobilização da sociedade, que, por meio de movimentos de seus integrantes, em pequenos ou grandes grupos, mobiliza os esforços no sentido de alcançar um objetivo comum. No entanto, para que isso se verifique, faz-se necessário o resgate de conceitos que outrora eram comuns nas dinâmicas sociais, a valorização dos aspectos qualitativos em relação aos quantitativos.

Nesse sentido, Raj Sisodia (2019) resgata de Daniel Pink, a ideia de que haja complementação das habilidades que concentram alta tecnologia (*high-tech*) com habilidades de alto conceito e alta sensibilidade (*high touch*). A ideia de alto conceito e sensibilidade envolveria o desenvolvimento de competências para gerar “beleza” emocional que harmonize os indivíduos de modo a perceberem oportunidades. Apoiados em ambientes positivos, esses indivíduos articulariam ideias que muitas vezes poderiam nem estar relacionadas, mas, uma vez articuladas, resultam em situações para além do imaginado.

Raj (2019), debruçado sobre as ideias de Pink (2005), destaca que ainda hoje a percepção hegemônica à continuidade dos negócios passa por um certame de números, cujo modelo esgota-se paulatinamente, abrindo espaço para um ambiente onde os aspectos qualitativos ganharão mais espaço nos contextos empresariais. Cita o amor como, quiçá, o mais poderoso dos fatores qualitativos, que tornam empresas mais humanizadas, sendo “... um profundo, sensível, inefável sentimento de afeto que ocorre da empresa para o stakeholder e de volta para a empresa (p.7)”. Raj percorre diversos autores, como James Autry (*Love and Profit*) e Kevin Robert (*Lovermarks: O futuro além das marcas*), os quais são unânimes no destaque do amor como elemento de sucesso para “empresas humanizadas”. Porém, dentre esses, destacamos Tim Sanders (*O Amor é a Melhor Estratégia: uma nova visão de sucesso e Realização Profissional*) no qual Raj Sisodia sublinha trecho da obra em que Sanders afirma não encontrar nada mais alteroso do que o amor, tendo inclusive dificuldade de conceituá-lo, mas sintetizando como “**promoção altruísta do crescimento do outro**”.

Raj, ao citar Kevin Robert (2005), destaca um trecho de seu livro, na página 49, o qual nos salta aos olhos, quando Robert diz “... O amor é sempre uma mão dupla”. John Mackey (2018), ao tratar da empresa que fundou, a “*Safer Way*”, afirma que a lição de maior significado foi a de que “... as empresas não se baseiam em exploração ou coerção, mas em cooperação e trocas voluntárias. As pessoas fazem negócios voluntariamente, a fim de obter ganho mútuo.”

Raj (2019) sintetiza essa nova proposta paradigmática cunhando a expressão “*firms of endearment*”, ou firma humanizada, que, de forma resumida, trata-se de uma empresa cujas relações com os *stakeholders* se baseia no afeto, e nas quais os interesses de todos são alinhados estrategicamente. Não há benefício em detrimento de outros e a prosperidade alcança a todos, afastando-se do que Mackey (2018, p.17) citará como “jogo de soma zero”, no qual para alguém ganhar, outro terá que perder. Mackey (2018) destaca que essa concepção da soma zero gera indícios de anomalias e ódio no ambiente corporativo, sendo que, nos Estados Unidos, foi verificada uma redução do comprometimento dos colaboradores das empresas de 30% nos últimos 10 anos, sendo que a maioria apresentava hostilidades em relação aos seus empregadores. Mackey (2018) aponta a disparidade de ganhos entre os CEOs das empresas em

relação ao salário médio pago, que, em 1980, era 42 vezes maior e, em 2000, chegou a 525 vezes mais que o salário médio pago pelas empresas. Ou seja, jogo de soma zero.

Raj concluirá, sob o aspecto das *firms of endearment*, que nenhum dos *stakeholders* deverá se favorecer em agravo a qualquer outro, sendo que cada um dos membros florescerá juntamente com os demais. A preocupação das partes com o crescimento dos demais criará um ambiente afetuoso e de lealdade a partir do atendimento de deficiências fisiológicas e psicológicas dos *stakeholders*. O autor sublinha que empresas humanizadas (*firms of endearment*) dedicam-se à ideia de *share of heart* (fatia do amor), que preconiza ocupar espaços no coração do cliente, resultando em maior espaço da participação mercadológica. Lembra, também, que essa relação se dá com os empregados, nas quais a retribuição se dará naturalmente no empenho produtivo. *Share of heart* pode e deve ser praticado com fornecedores e com as comunidades, as quais a empresa esteja envolvida, de tal forma que sintam orgulho de tê-la em seu meio. Por fim, é destacada a visão dos acionistas de empresas humanizadas, na qual o lucro é importante, mas a satisfação moral e emocional de fazer parte daquele empreendimento com significado social também é considerada uma forma de remuneração.

É bom que se destaque que Raj, em momento nenhum, desconsidera a importância da boa gestão das empresas, pois, como afirma, "... nenhuma correção moral pode salvar uma empresa mal gerida." No entanto, empresas que desfrutam do amor daqueles aos quais suas operações alcançam tendem a ser mais perenes. O autor cataloga uma série de valores de empresas humanizadas, como a subscrição de valores que vão além do simples ganho de dinheiro, alinhando-se aos interesses de todos os *stakeholders*, abraçando-os como sendo orgânico dela própria. Cremos que o resumo das considerações do autor poderia se dar em um de seus argumentos (p.12), pois afirma que, em relação às empresas humanizadas, "... a sua cultura corporativa é o seu maior patrimônio e principal fonte de vantagens competitiva".

Nosso objetivo aqui não é esgotar os aspectos das empresas humanizadas, mas apresentá-las de forma a clarearmos a sua ligação com as comunidades as quais estão inseridas e os aspectos desse relacionamento com o desenvolvimento delas. Nesse sentido, é esclarecedor citarmos os cinco principais *stakeholders* apresentado por Raj, lembrando que não há uma ordem de importância: Clientes, tanto os individuais como os organizacionais; empregados atuais, futuros, passados e

suas estruturas familiares; investidores individuais, institucionais e credores; parceiros a montante, como fornecedores, horizontais e a jusante; e, por fim, a sociedade. Deixamos a sociedade por último (o autor trata dela em primeiro), tendo em vista que nosso propósito é o desenvolvimento das comunidades.

Quanto à sociedade, Raj enumera as comunidades locais e mais amplas, bem como governos e demais instituições sociais e meio ambiente. Lembra que, nesse modelo, que denomina pelo acrônimo de SPICE (iniciais de cada um dos *stakeholders*: sociedade, parceiros, investidores, clientes e empregados)⁴, há uma série de relações que devem ser orientadas por um fluxo bidirecional de valores e alinham-se de interesses de todas as partes, sendo essa o âmago de uma administração exitosa. Sublinha ainda que “... é a maneira de maximizar o retorno para a sociedade de todos os investimentos que fluem para todas as organizações. É o estilo das empresas humanizadas”.

Parece-nos lógico que a extrapolação dos conceitos e dinâmicas das empresas humanizadas serve-nos à discussão e reflexão de um processo de desenvolvimento de aglomerados sociais e, por consequência, das pessoas que as integram. **Não há como se pensar em desenvolvimento de um município sem que se passe pelo desenvolvimento de cada um de seus integrantes sociais.** Não é possível que uma empresa cresça em um mar de desigualdades, de alijamento de bem estar por parte de seus integrantes. Não queremos dizer com isso que as empresas não devam ter lucro, mas, como destaca Mackey (2018, p.19), os empresários buscam lucro como um objetivo relevante. No entanto, não é somente isso que move esses empreendedores, eles também são impulsionados por paixão, sonhos e por acreditar no que fazem, o que, somado à boa gestão, é capaz de criar valor para todas as partes envolvidas.

Então, pensar em desenvolvimento é pensar em crescimento sustentável para todos os integrantes sociais e, para isso, adaptando o pensamento de Raj quanto à interação das empresas

⁴ Também significa tempero (*spice*-inglês), embora o autor não tenha explicitado, leva-nos a pensar como elementos de uma receita cujo produto venha a ser algo exitoso e saboroso, como deve ser o desenvolvimento de uma comunidade.

humanizadas com a sociedade, se faz necessário o encorajamento e o envolvimento dos *stakeholders* no cuidado com a comunidade na qual estão inseridos, ampliando para dimensões mais externas. Esse engajamento resultará no aumento da competitividade, gerando maiores resultados que poderão ser acessados por todos os segmentos sociais, sem perder o foco na sustentabilidade ambiental, pois esse é um recurso público, não sendo correto a sua degradação em prol de quem quer que seja, mesmo que temporalmente (gerações futuras).

A cooperação entre o público e o privado pode gerar uma sinergia tal que, se bem articulada, pode gerar oportunidades empreendedoras. O entendimento do compromisso de um empreendimento para com o local onde está ou irá se instalar é fundamental para o sucesso da empresa e da sociedade. RAJ (2019, p. 178) serve-nos o caso da Toyota, cuja importância de honrar o espírito das leis encontra-se em um patamar superior ao mero cumprimento da lei, tendo na cláusula primeira de seus princípios orientadores o seguinte: “Honrar a linguagem e o espírito da lei de cada nação e realizar atividades sociais abertas e justas para ser um bom **cidadão corporativo** do mundo”. O autor destaca que cada vez mais as empresas serão cobradas por comportamentos mais sociais, na medida em que a sociedade se torne “... mais focada no ser do que no ter”.

É com esse enfoque que a Sicredi Região da Produção RS/SC/MG se engaja, juntamente com as comunidades onde atua, no processo de desenvolvimento coletivo local e regional, para o qual, em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o município apresenta determinado potencial para o desenvolvimento de atividades econômicas. Neste sentido, o presente relatório não se propõe a esgotar a questão, mas, pelo contrário, a introduzir e favorecer o processo reflexivo sobre as questões associadas ao desenvolvimento e qualidade de vida.

Neste contexto, em todas as situações a organização social, o empreendedorismo e a implementação de programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócio e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados pode ser importante.

Desenvolvimento econômico não é produto, por isso não pode ser dado, comprado, entregue ou recebido. Pelo contrário, é um processo de transformação e por isso as entidades da sociedade devem promover um debate ininterrupto para identificar potencialidades a serem aproveitadas, fraquezas a serem superadas e fortalecer a ação coletiva.

Neste contexto, com o intuito de contribuir com o processo reflexivo, destacam-se as seguintes ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas locais:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes no local.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;

- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;
- g. Nos casos em que não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já estão em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por Universidades, Institutos Federais e Escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento é uma responsabilidade de todos e que sempre existirá uma possibilidade para inovar, empreender ou melhorar o ambiente de negócios em nível local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2020. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em mai/2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2020. Acesso em mai/2020.

MACKEY, J.; SISODIA, R. **Capitalismo consciente**: como libertar o espírito heroico dos negócios. Rio de Janeiro. Alta Books. 2018.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: mai/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS ÍNDIOS (RS). Prefeitura. **Histórico do Município de Rio dos Índios, RS**. 2020. Disponível em: https://www.Rio_dos_Índios.rs.gov.br/municipio. Acesso em: mai/2020.

SISODIA, R.; HENRY, T.; ECKSCHMIDT, T. **Capitalismo consciente**: guia prático. Curitiba. Voo. 2018. 432 p.

SISODIA, R.; WOLFE, D.B.; SHETH, J. **Empresas humanizadas**: Pessoas, propósito, performance. Rio de Janeiro. Alta Books. 2019. 368 p.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão o Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2020.